



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Celine Manuela Abreu de Sousa Cepa

**As Redes Sociais Pessoais das Crianças em
Acolhimento Residencial – o Papel dos
Centros de Acolhimento Temporário**



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Celine Manuela Abreu de Sousa Cepa

**As Redes Sociais Pessoais das Crianças em
Acolhimento Residencial – o Papel dos
Centros de Acolhimento Temporário**

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia
Área de Especialização em Psicologia da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Paula Cristina Martins

Outubro de 2011

“A instância de definição da criança como pessoa, o seu referencial identitário, de organização psíquica, é o outro.

Mas não é um qualquer outro.

Não é um outro abstrato, alheio ou indiferente.

Pelo contrário, é um outro diferente porque é sujeito e objeto de reconhecimento, é o outro próximo e significativo, investido pelo afeto, é o outro relativo, o outro para si.

É na relação com estes outros que a criança vai colhendo informações sobre quem é, construindo um conhecimento negociado, mais ou menos implícito sobre si própria, compreendendo-se a partir da relação”

(Martins, 2005b, p. 3)

Agradecimentos

A todas as pessoas que tornaram possível a concretização deste projeto, com especial destaque:

- ☞ Os meus queridos pais, pelo exemplo que são, por me inculcaram crenças e valores dignos, por me transmitiram o desejo de vencer e superar todos os desafios e pelo imprescindível apoio.
- ☞ O meu adorado irmão, Pedro, pela coragem e força que me transmites, pela proteção, boa disposição e paciência inerentes a momentos de partilha, muitas vezes concluídos com a citação: “por isso é que não me meto nessa”.
- ☞ O meu querido Pedro, por acreditares em mim, por me fazeres acreditar em mim, por não permitires que eu desista, por me apoiares nos momentos em que a minha tolerância à frustração foi testada e pelos distintos conselhos.
- ☞ Os meus melhores amigos, Sandra, Márcia e Jorge, por me acompanharem neste longo processo e pela constante presença apesar da ausência física.
- ☞ Os fieis e maravilhosos “*Farçolas*”, pelo carinho e força que me transmitiram.
- ☞ A Vanessa, a Eloísa e a Cláudia, pela partilha e troca de informações durante todo este processo, pelo companheirismo e autoajuda, pelo carinho e força e pela afinidade que se desenvolveu entre nós, inerentes às tutorias periódicas.
- ☞ A Laetitia pela vital ajuda prestada.
- ☞ A Prof. Dra. Paula pela efetividade das orientações, pelo humor e boa disposição face aos desafios que surgiam ao longo deste processo.
- ☞ A Dra. Ana Moutinho e a Dra. Helena Pimentel, por me facultarem o acesso aos Centros de Acolhimento Temporário.
- ☞ A Dra. Cecília Jorge, a Dra. Cármen Sousa, a Dra. Elisabete Vinha e o Dr. Rui Moniz, pelo interesse, disponibilidade e colaboração que evidenciaram.
- ☞ Por fim, mas não menos importante, as instituições que tão generosamente me abriram as portas do seu mundo complexo e às crianças nelas acolhidas, por me permitirem realizar este estudo.

Mestrado Integrado em Psicologia da Universidade do Minho

Área de Especialização em Psicologia da Justiça

***As Redes Sociais Pessoais Das Crianças Em Acolhimento Residencial – O Papel Dos
Centros De Acolhimento Temporário***

Celine Cepa

Professora Doutora Paula Cristina Martins

RESUMO

A presente dissertação visa aprofundar o conhecimento das redes sociais pessoais de crianças, de idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, com medida de acolhimento em instituição de curta duração. Mais especificamente, pretende-se: a) caracterizar as redes sociais pessoais destas crianças; b) aferir a importância que as instituições atribuem a essas redes sociais pessoais; e c) caracterizar as estratégias que desenvolvem no sentido de as promover. Parte-se da conceptualização de Rede Social Pessoal de Sluzki (1998), operacionalizada pelo “Instrumento de Avaliação da Rede Social Pessoal – Revisto” (IARSP-R) e respetivo “Mapa de Rede Social Pessoal”, adaptados por Alarcão e Sousa (2007), e aprofundada mediante entrevista semiestruturada aos técnicos de quatro Centros de Acolhimento Temporário, que acolhem trinta e seis crianças na faixa etária definida.

Os resultados desta investigação permitiram, a partir da perspetiva dos técnicos, caracterizar as redes sociais pessoais das crianças acolhidas como pequenas, coesas, mistas, demograficamente heterogéneas e multidimensionais/versáteis, com uma geografia próxima e uma presença diária nas suas vidas. Caracterizadas pela reciprocidade, proporcionam um elevado apoio emocional e companhia social à criança, em detrimento do apoio técnico e financeiro, manifestamente escassos ou inexistentes.

Os centros de acolhimento temporário atribuem níveis de importância distintos à família, aos amigos/colegas de estudo, à instituição e à comunidade envolvente, sendo que o projeto de vida da criança funciona primordialmente como uma variável independente.

As principais estratégias adotadas pelas instituições para promoverem as redes sociais pessoais das crianças envolvem o incentivo do relacionamento interpessoal, a primazia conferida ao projeto de vida como eixo organizador da intervenção, a planificação anual de atividades/eventos, facilitar oportunidades de vivências e experiências qualificadas e a articulação da dimensão social e educacional na promoção das redes.

Palavras-chave: Rede Social Pessoal; Crianças; Centro de Acolhimento Temporário.

Mestrado Integrado em Psicologia da Universidade do Minho

Área de Especialização em Psicologia da Justiça

Personal Social Network Of Looked After Children – The Role Of Children’s Homes

Celine Cepa

Professora Doutora Paula Cristina Martins

ABSTRACT

The following dissertation aims at deepening the current knowledge on the personal social networks of children, with ages between 6 to 12 years, that are temporarily sheltered by foster homes. More specifically, it is intended: a) to characterize the children’s personal social network pages, b) assess the importance that these institutions ascribe to these personal social networks; and c) to characterize the strategies that they develop with the aim of promoting them. The starting point is the conceptualization of Personal Social Network by Sluzki (1998), operationalized by the “Instrument of Evaluation of Personal Social Network – Reviewed” (IARSP-R) and respective “Map of Personal Social Network”, adapted by Alarcão e Sousa (2007), and deepened by semi-structured interview to the technical staff from four Temporary Children’s Homes, that give shelter to thirty six children between the ages described.

The results of this investigation allowed, with the technical staff perspective, to characterize the personal social network of these children as small, cohesive, mixed, demographically heterogeneous and multidimensional/versatile, with a close geography and daily presence in their lives. Characterized by the reciprocity, they allow high emotional support and social company to the child, over technical or financial support that is glaringly scarce or inexistent.

The temporary children’s homes attribute different levels of importance to the family, to friends/colleges of study, to the institution and to the surrounding community, making the children’s life project to work primordially as an independent variable.

The main strategies adopted by the institutions to promote the children’s personal social networks involve the incentive towards interpersonal relationships, the primacy given to the life project as an organizing axis of intervention, an annual planning of activities/events, the facilitating opportunities for life experiences and qualified experiences and the articulation of the social and educational dimension in the promotion of networks.

Key-words: Personal Social Network; Children; Residencial care.

ÍNDICE

Introdução	8
Parte I – Enquadramento Teórico	9
Capítulo I – Rede Social Pessoal	9
Redes Sociais	9
Definição De Rede Social Pessoal	10
Características Estruturais Da Rede Social Pessoal	10
Funções Da Rede Social Pessoal	12
Atributos Dos Vínculos	14
Capítulo II – As Redes Sociais Pessoais Das Crianças Em Acolhimento Residencial	15
A Família Como Contexto Privilegiado Para O Desenvolvimento Social Da Criança	15
Acolhimento Residencial – O Balanço Entre O Risco E A Proteção	16
Parte II – Enquadramento Empírico	22
Capítulo III – Objetivos E Metodologia	22
Objetivos	22
Amostra	22
Fundamentação Do Método	23
Fases Da Investigação	23
Técnicas E Instrumentos De Recolha De Dados	24
Procedimentos	27
Capítulo IV – Tratamento E Análise De Dados	27
As Redes Sociais Pessoais Das Crianças	27
O Papel Atribuído Pelas Instituições De Acolhimento Às Redes Sociais Pessoais	28
Capítulo V – Apresentação E Discussão Dos Resultados	30
As Redes Sociais Pessoais Das Crianças	30
O Papel Atribuído Pelas Instituições De Acolhimento Às Redes Sociais Pessoais	36
Conclusão	42
Bibliografia	44

Introdução

A presente dissertação visa aprofundar o conhecimento das redes sociais pessoais – conjunto de todas as pessoas com quem um indivíduo mantém relacionamentos significativos (Sluzki, 1998) – de crianças com medida de acolhimento em instituição de curta duração. Sendo esta medida prevista pela Lei nº147/99 de 1 de setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

Em Portugal, não se conhece um corpo de investigação consistente sobre esta temática, o que representa uma lacuna no estudo da proteção de crianças e jovens em acolhimento residencial. Nesta linha, e dado o caráter inovador desta investigação, torna-se prioritário averiguar qual a constituição das redes sociais pessoais desta população e apurar o papel atribuído e as estratégias implementadas pelas instituições de acolhimento junto dessas redes, para permitir o aprofundamento, à posteriori, desta temática nesta população.

Neste sentido, delinearão-se três objetivos específicos: a) caracterizar as redes sociais pessoais de crianças em regime de acolhimento residencial temporário; b) aferir a importância atribuída pelas instituições de acolhimento às redes sociais pessoais das crianças acolhidas; e c) caracterizar as estratégias desenvolvidas por estas instituições, no sentido de promover as redes sociais pessoais de cada criança.

Assim, esta investigação envolveu quatro Centros de Acolhimento Temporário, situados na região Norte de Portugal e 36 crianças acolhidas nestas instituições, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos.

Com o intuito de concretizar os objetivos propostos foi necessário averiguar o estado da arte sobre esta temática nos Capítulos I – Rede Social Pessoal – e II – As Redes Sociais Pessoais das Crianças em Regime de Acolhimento Residencial. O primeiro capítulo integra uma breve introdução às redes sociais, a definição de Rede Social Pessoal, as características estruturais e funcionais da Rede Social Pessoal e os atributos dos vínculos. O segundo capítulo procura refletir sobre a família como contexto privilegiado para o desenvolvimento social da criança e sobre o acolhimento residencial, fazendo um balanço entre o risco e a proteção desta medida.

Por sua vez, o enquadramento empírico é composto pelos capítulos “Objetivos e Metodologia”, em que se descreve o desenho da investigação, incluindo os objetivos propostos e metodologia aplicada; “Tratamento e análise de dados” e “Apresentação e discussão dos resultados”, finalizando com as conclusões, limitações deste estudo e propostas para investigações futuras.

Parte I – Enquadramento Teórico

“Para sabermos quem somos temos que compreender como estamos relacionados.”

(James Fowler, 2011)

Capítulo I – Rede Social Pessoal

Redes Sociais

A essência do ser humano obriga-o a estabelecer relações, dinamizando a estruturação da sociedade em rede (Tomaél, Alcará & Di Chiara, 2005). Estas relações que cada indivíduo estabelece com o outro, desde que “contínuas, duradoiras, investidas de significado pessoal para as partes envolvidas e significantes” (Martins, 2005b, p. 4), são configuradoras da identidade, do *self* e da sua personalidade, contribuindo também para a qualidade de vida do mesmo (Moré, 2005).

Se a fragilidade, ausência e/ou rutura de relações significativas nas crianças e adolescentes podem originar problemas de saúde, já a presença de relações saudáveis favorecem o desenvolvimento integral (pessoal e social) e harmonioso da criança (Costa & Bigras, 2007).

Todavia as relações que o indivíduo estabelece podem ser mutáveis devido às trajetórias de vida dos sujeitos, permitindo assim a expansão/refração e delineamento da sua rede social (Guadalupe, 2003; Tomaél et al., 2005). A Rede Social providencia um potencial modelo para a estrutura social, podendo influenciar diversas áreas, como a estrutura familiar e a mobilidade social (Scott, 1988).

Portanto a rede social de cada indivíduo pode ser considerada como uma entidade coletiva que agrega todas as suas unidades relacionais num determinado momento.

A rede social pode ser tipificada como rede primária e rede secundária (Guadalupe, 2001). As redes primárias são agregações naturais e informais que se constituem e se condensam no tempo e no espaço e que se regem no princípio da reciprocidade, como os laços familiares, de vizinhança, amizade e de trabalho (Guadalupe, 2003; Guédon, 1984 cit in Guadalupe, 2001; Lacroix, 1990 cit in Guadalupe, 2001; Sanicola, 1997). Estas redes podem constituir uma importante fonte de apoio para o indivíduo (Guadalupe, 2001). Saliente-se ainda que a família pode ser considerada o *exlibris* das redes primárias (Guadalupe, 2001; Guadalupe, 2003; Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007; Serapioni, 2005; Vasconcelos, 2002), pois os laços familiares têm a característica da estabilidade temporal e o caráter de permanência (Guadalupe, 2003).

Distinguindo-se das anteriores, as redes secundárias pautam-se por relações que assentam num quadro institucional e com objetivos funcionais, em contextos com as

organizações e instituições (Guadalupe, 2003; Lacroix, 1990 cit in Guadalupe, 2001). Estas redes podem fragmentar-se em formais ou informais (Guadalupe, 2003). As primeiras referem-se a “laços institucionais, num âmbito estruturado e de existência oficial, destinados a cumprir funções ou a fornecer serviços” (Guadalupe, 2003, p. 72). Já as segundas pautam-se pela “inexistência do carácter oficial e estruturado e pela inexistência de uma divisão rígida de papéis, embora assumam um papel essencialmente funcional com vista a responder a uma procura ou a fornecer determinados serviços” (Guadalupe, 2003, p. 72). Note-se que nestas últimas pode inserir-se as redes primárias para a satisfação de necessidades através da partilha de recursos, funcionando assim o setor formal e informal sinergicamente (Guadalupe, 2003; Serapioni, 2005; Sousa et al., 2007).

Definição De Rede Social Pessoal

Sluzki (1998) sugere o conceito de Rede Social Pessoal, doravante abreviadamente designado por RSP ou rede, alude ao conjunto de todas as pessoas com quem um indivíduo – pessoa focal – mantém relacionamentos significativos, isto é, que distingue da massa anónima da sociedade. A RSP fomenta o reconhecimento do próprio indivíduo e da sua imagem de si, correspondendo à edícula interpessoal do indivíduo. Esta rede é um dos pilares da experiência individual de identidade, bem-estar, competência e protagonismo ou autoria, tendo uma grande influência nos hábitos de saúde e na capacidade de adaptação a situações de crise (Sluzki, 1979; Steinmetz, 1988).

Nesta linha, pode-se perceber que a promoção das RSP passa pela manutenção das relações que um indivíduo percebe como significativas, sendo que se não existirem contactos frequentes com os elementos desta rede pode ocorrer uma rutura (Alarcão & Sousa, 2007).

O conhecimento das RSP envolve a descrição das suas características estruturais, atributos dos vínculos específicos e as diferentes funções de cada relação percebida como significativa (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998).

Características Estruturais Da Rede Social Pessoal

As características estruturais traduzem as propriedades gerais das RSP, designadamente o seu tamanho, densidade, composição/distribuição, a sua dispersão e homogeneidade/heterogeneidade demográfica e sociocultural (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998).

Tamanho.

O *tamanho* da rede corresponde ao número total de pessoas que o indivíduo percebe como significativas (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998). Este permite que a rede seja

tipificada como pequena, média ou numerosa. Contudo ainda não se conhecem valores concretos para caracterizar cada um destes tipos, não só pela falta de estudos focalizados neste domínio, mas também devido à evolução vital do ser humano, que em certos momentos restringe e noutros favorece a ligação a outros indivíduos (Alarcão & Sousa, 2007). Todavia, note-se que Sousa & Alarcão (2007) sugerem que as redes pequenas têm entre zero e cinco elementos, as médias entre seis a onze elementos e as numerosas mais de onze elementos.

No que concerne a estes três tipos, Sluzki (1998) considera, genericamente, as redes de tamanho médio como as mais efetivas para o indivíduo. Verifica-se uma menor eficácia das redes pequenas em situações de tensão durante um longo período de tempo, devido à sobrecarga de que os indivíduos da rede são alvo pela proximidade do contacto ou porque esses mesmos indivíduos tendem a evitar o contacto com a pessoa focal. Por outro lado, as redes numerosas, devido à crença de que um outro elemento da RSP já estará a prestar auxílio à pessoa focal, descuram similarmente a sua eficácia em comparação com as redes médias (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998).

Saliente-se que existem diversos fatores que podem contribuir para uma ampliação e diversificação do tamanho da rede (ex., crescimento etário, frequência escolar, atividade profissional e vida social ativa) ou, por oposição, contribuir para o seu declínio e empobrecimento (ex., envelhecimento, doença e migrações) (Alarcão & Sousa, 2007).

Densidade.

A *densidade* da rede alude às conexões entre membros da rede, independentemente da pessoa focal (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998).

Sluzki (1998) propõe que a densidade da rede seja classificada por níveis, desde o *muito baixo* ao *muito alto* e considera que as de nível médio são as que têm maior efetividade, argumentando que as de nível muito alto poderão levar à exclusão do indivíduo da rede, tornando-as menos efetivas.

Já Guay (1984 cit in Alarcão & Sousa, 2007) sugere que a densidade das redes se classifique em três categorias: coesa, fragmentada ou dispersa. As redes coesas são aquelas em que todos os seus elementos mantêm relações entre si, de maior ou menor proximidade, não se verificando subgrupos independentes. Estas redes ativam-se facilmente mas, devido ao elevado controlo, conformismo e pressão, podem ser menos efetivas (Alarcão & Sousa, 2007).

As redes fragmentadas caracterizam-se pela divisão dos elementos da rede em subgrupos independentes. Esta tipologia de densidade de rede surge comumente em sujeitos que procuram “salvaguardar o individualismo e a privacidade de cada indivíduo e de cada grupo familiar e social” (Alarcão & Sousa, 2007, p.360).

As redes dispersas são compostas por elementos que têm poucas interligações entre si, pois tendem a não se conhecer, e parecem ser menos efetivas (Alarcão & Sousa, 2007).

Composição/Distribuição.

A *composição/distribuição* da rede indica o número de pessoas significativas nas diferentes dimensões da vida do indivíduo (família, amigos, colegas de trabalho/estudo e comunidade), permitindo que a rede seja qualificada como familiar, de amizade, de vizinhança ou mista (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998). Estas últimas são redes de distribuição mais ampla e parecem conceber mais opções que as redes muito localizadas, que tendem a ser menos flexíveis e efetivas (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998). Contudo, “não existe uma relação linear entre amplitude e efetividade da rede” (Alarcão & Sousa, 2007).

Dispersão.

A *dispersão* da rede refere-se à distância geográfica existente entre a pessoa focal e as pessoas que distingue da massa anónima da sociedade (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998). A distância geográfica “afeta tanto a sensibilidade da rede às variações do indivíduo, como a eficácia e velocidade de resposta em situações de crise”, pois influencia a acessibilidade da e para a pessoa focal (Sluzki, 1998).

Porém, com a evolução dos meios de comunicação, como o telefone e a Internet, uma grande distância geográfica entre a pessoa focal e algum membro da sua RSP pode ser encurtada, contribuindo para uma maior efetividade da RSP (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998).

Heterogeneidade/homogeneidade demográfica e sociocultural.

A *heterogeneidade/homogeneidade demográfica e sociocultural* remete para a (in)existência de similaridades das características dos elementos da RSP, como a idade, sexo, cultura e nível socioeconómico (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998). Tanto as redes homogéneas como as redes heterogéneas ostentam vantagens para o indivíduo, as primeiras podem promover um suporte efetivo imediato, e as segundas pela diversidade de recursos que podem oferecer à pessoa focal (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998).

Funções Da Rede Social Pessoal

As funções da rede referem-se ao tipo de permutas interpessoais prevalentes, características de vínculos específicos ou do somatório dos diversos vínculos (Sluzki, 1998). Estas funções são a companhia social, o apoio emocional, o apoio cognitivo/aconselhamento, a regulação/controle social, a ajuda material/instrumental,

técnica/de serviços e o acesso a novos contactos (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998).

Companhia social.

A *companhia social* caracteriza-se pela partilha de momentos, seja através da realização de atividade conjuntas ou simplesmente estar junto (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998).

Apoio emocional.

O *apoio emocional* agrega os comportamentos (p.e., escuta, partilha de informações análogas, compreensão e aceitação de sentimentos e dificuldades) que fomentam a forma como as impressões/sensações experimentadas ressoam na consciência da pessoa focal (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998). Geralmente, esta função prevalece em relações com maior intimidade e proximidade, como os amigos íntimos ou familiares próximos (Sluzki, 1998). Alarcão e Sousa (2007) afirmam que esta é uma das funções da rede com maior importância.

Apoio cognitivo/aconselhamento.

O *apoio cognitivo/aconselhamento* é definido pelas interações que a pessoa focal tem com os membros da sua rede com a finalidade de partilhar informações pessoais ou sociais. Esta função permite promover modelos comportamentais e reforçar ou facultar formar de pensar e agir (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998).

Regulação/controle social.

A *regulação/controle social* é uma “função normativa importante para a socialização dos sujeitos” (Alarcão & Sousa, 2007, p.362). Esta deriva das interações que relembram à pessoa focal quais as suas responsabilidades e papéis, ajudando-a a não efetuar desvios comportamentais e a resolver conflitos (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998). Saliente-se que esta função, quando o comportamento do indivíduo se afasta das expectativas coletivas, pode funcionar como marcador de exclusão (Alarcão & Sousa, 2007).

Ajuda material/instrumental e técnica/de serviços.

Sluzki (1998) inclui a *ajuda material ou instrumental no apoio técnico ou de serviços*, ao contrário de Alarcão e Sousa (2007) que propõem uma definição específica para cada um dos apoios. Para Sluzki (1998), este aglomerado resulta da colaboração específica que os membros da RSP podem prestar ao indivíduo, com base em conhecimento especializado ou ajuda física (p.e., serviços de saúde).

Para Alarcão e Sousa (2007), a *ajuda material ou instrumental* é um apoio específico que retirará sobrecarga, no quotidiano, à pessoa focal (p.e. prestar auxílio na realização dos

trabalhos de casa); já o *apoio técnico ou de serviços* remete para um suporte técnico e especializado.

Acesso a novos contactos.

O *acesso a novos contactos* reporta-se à abertura do indivíduo para a criação de novas relações com pessoas ou redes que não eram parte integrante da sua RSP (Alarcão & Sousa, 2007).

Atributos Do Vínculo

Os *atributos do vínculo* permitem avaliar as propriedades específicas de cada relação significativa da pessoa focal, a partir da multidimensionalidade e versatilidade, da reciprocidade e da frequência dos contactos, sendo que estas variáveis são interdependentes (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998).

Multidimensionalidade e versatilidade.

A *multidimensionalidade e versatilidade* reporta-se à enumeração e quantificação das funções exercidas pelo vínculo (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998). Saliente-se que um membro da RSP pode assumir quase exclusivamente uma determinada função ou pode desempenhar diversas funções em simultâneo (Alarcão & Sousa, 2007).

Esta propriedade facilita a compreensão de situações em que a RSP é “ampla mas relativamente estanque (com vínculos fundamentalmente unidimensionais) ou centralizada (com um número muito reduzido de vínculos multidimensionais e um número grande de vínculos unidimensionais)” e situações em que a RSP é muito efetiva apesar de ser mais pequena – os vínculos são maioritariamente multidimensionais e versáteis (Alarcão & Sousa, 2007, p. 362 e 363).

Reciprocidade.

A *reciprocidade* consiste em verificar se a pessoa focal retribui o apoio que recebe de um determinado vínculo (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998). A capacidade de assumir uma mesma função recebida contribui para a aceitação do próprio apoio social (Alarcão & Sousa, 2007).

Frequência dos contactos.

A *frequência dos contactos* remete-nos para a *periodicidade dos mesmos* (Alarcão & Sousa, 2007).

É de salientar-se que para perpetuar a intimidade, comumente, as pessoas têm necessidade de manter ativos os vínculos com pessoas significativas que se encontram fisicamente distantes (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998).

Capítulo II – As Redes Sociais Pessoais das Crianças em Regime de Acolhimento Residencial

As RSP das crianças e jovens são voláteis, flutuando e registando alterações devido a condições temporais, contextuais e desenvolvimentais, como por exemplo a história de vida da criança ou jovem em acolhimento residencial.

As causas preponderantes para o acolhimento residencial das crianças e jovens em perigo reportam essencialmente a práticas abusivas e/ou negligentes por parte dos pais, representante legal ou de quem tem a guarda de facto da criança ou jovem, como por exemplo, expondo a criança ou jovem ao abandono, a maus-tratos físicos e/ou psíquicos, a abuso sexual, a falta de cuidados e afeto adequados à sua idade e condição pessoal, etc. (Lei n.º147/99, art. 3º).

Estas práticas abusivas e/ou negligentes em crianças e jovens têm um impacto negativo na construção de relações significativas eficazes: estes menores tendem a apresentar um desenvolvimento social e interpessoal deficitário, dificuldade em desenvolver relações positivas e bem-sucedidas com as outras pessoas, idealização defensiva em relação aos progenitores, elevada dependência face a um adulto, dificuldade em expressar ou experimentar sentimentos, elevada ansiedade, baixa tolerância à frustração, baixa autoestima e problemas de comportamento, como a agressividade dirigida aos outros (Figueiredo, 1998a, 1998b; Single, 2005). Concomitantemente estas crianças e jovens poderão desenvolver um padrão de vinculação evitante (Figueiredo, 1998a, 1998b) ou até mesmo perturbação reativa de vinculação (Bos, Zeanah, Fox, Drury, McLaughlin & Nelson, 2011; Single, 2005) que dificultam a construção de novas relações funcionais (Humphreys & Kiraly, 2009; Scott, Neill & Minge, 2005).

Contudo, deve-se ter presente que nem todas as crianças e jovens negligenciadas e/ou maltratadas manifestam estes sintomas, nem os manifestam da mesma forma, pois, caso seja fornecido um suporte ambiental adequado, este funcionará como um fator protetor (Single, 2005).

A Família Como Contexto Privilegiado Para o Desenvolvimento Social Da Criança

A família desempenha um papel importante no desenvolvimento integral e bem-estar das crianças e jovens, sendo esta caracterizada como o contexto privilegiado para a maturação da criança ou jovem (Bravo & Fernández del Valle, 2003; Santana & Romera, 2010; Singer, 1993), representando também o “pré-requisito de um sistema social estável” (Serapioni, 2005, p. 245).

A família geralmente fornece à criança ou jovem um ambiente protetor, facultando-lhe

recursos para gerir e enfrentar eventos stressantes e capacidades para construir uma rede social eficaz (Santana & Romera, 2010; Serapioni, 2005; Siza, 2000 cit in Serapioni, 2005).

Contudo, nem sempre estes papéis são desempenhados pelas famílias. Por vezes, estas parecem carecer de autoridade moral e sentido de responsabilidade, recorrentemente associados a uma bagagem de situações de risco como a presença de problemas psíquicos, episódios de violência e o consumo de álcool e/ou outras substâncias (Clarke, 2010 cit in Serapioni, 2005; Siqueira, Betts & Dell'Aglio, 2006). Por outro lado, Sousa e Ribeiro (2005) afirmam que as famílias identificam competências no seu funcionamento, mas parecem ter dificuldade em ativá-las no seu quotidiano de forma a resolver os problemas com que se confrontam e a atingir os seus objetivos.

Assim, torna-se fulcral a existência de entidades externas à família, como as redes secundárias (formais e/ou informais) para as ajudar a restabelecer um ambiente saudável e protetor para o desenvolvimento integral e harmonioso das crianças (Santana & Romera, 2010; Vasconcelos, 2002).

Em síntese, a família desempenha um papel muito importante no desenvolvimento das crianças e jovens, contudo nem sempre é dotada de capacidades para promover e fornecer os recursos essenciais a este desenvolvimento da criança ou jovem, sendo que por vezes é necessário optar por colocar estas crianças e jovens em centros de acolhimento, separando-as da sua família (Bravo & Fernández del Valle, 2003). Contudo, deve-se considerar que qualquer um dos contextos pode conter fatores de risco para a criança ou jovem (Siqueira et al., 2006).

Acolhimento Residencial – O Balanço entre o Risco e a Proteção

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo pretende promover os direitos das crianças e jovens que residam ou se encontrem em Portugal e, quando estas se encontram em perigo, protegê-las, garantindo o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Lei n.º147/99, art. 1º e 2º). Assim, quando a criança ou jovem se encontra em situação de risco esta Lei prevê um conjunto de Medidas de Promoção dos Direitos e de Proteção, sendo que algumas são de execução em contexto natural de vida – Medidas no Meio Natural de Vida, enquanto outras são Medidas de Colocação (Lei n.º147/99, art. 35º, n.º2). As medidas de colocação são várias, sendo o ponto fulcral desta investigação o Acolhimento em Instituição, especificamente os Centros de Acolhimento Temporário (CAT).

Os Centros de Acolhimento Temporário são instituições que devem dispor de equipamento permanente e de uma equipa técnica que assegurará todas as necessidades essenciais ao seu bem-estar e desenvolvimento integral (Lei n.º147/99, art. 35º, n.º1; Lei n.º147/99, secção III), cuja finalidade é acolher crianças e jovens em perigo, de ambos os

sexos até aos 18 anos, num prazo não superior 6 meses (podendo ser prorrogado caso existam razões que assim o justifique) (Chicorro, Marques & Ferreira, 2006; Lei n.º147/99, art. 50º).

Note-se que estas instituições devem responder afirmativamente a um conjunto de condições que fomentem um ambiente muito semelhante ao ambiente expectável numa habitação familiar, favorecendo “uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade” (Lei n.º147/99, art. 53º).

Contudo não existe consenso sobre o papel protetor dos CAT e até mesmo da construção de ambiente semelhante ao lar familiar. Ora vejamos as potencialidades e constrangimento destas instituições.

Potencialidades e constrangimentos.

O acolhimento residencial desempenha um importante papel na trajetória de vida de muitas crianças e jovens (Mota & Matos, 2008; Santana & Romera, 2010; Siqueira, Tubino, Scharz & Dalbosco, 2009) pois é neste contexto que, por um determinado período de tempo, irão desenvolver papéis, interações simbólicas, atividades e rotinas estruturadas, sendo-lhes facultados cuidados de higiene e nutrição, educação, afetividade e reciprocidade de afetos, construção de relações com outras crianças/jovens e adultos (Mota & Matos, 2008; Siqueira et al., 2006; Siqueira et al., 2009), e condições propícias ao desenvolvimento de estratégias de *coping* (Santos & Bastos, 2002).

O centro de acolhimento, envolvendo uma transição ecológica (Bronfenbrenner, 1994 cit in Papalia, Olds & Feldman, 2001) do contexto familiar para este contexto residencial, define-se como o novo microssistema da criança/jovem, que implicará mudanças na vida da criança/jovem, inclusive na sua rede social (Siqueira et al., 2006). Assim, é prioritário que a equipa do centro de acolhimento mantenha uma interação com a criança ou jovem assente no princípio da reciprocidade (perspetiva bidirecional), equilíbrio de poder e qualidade afetiva (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Santos & Bastos, 2002).

Contudo, esta transição ecológica não reúne consenso quanto aos seus efeitos no desenvolvimento integral da criança ou jovem devido à existência de inúmeras potencialidades do acolhimento residencial e simultaneamente de inúmeros constrangimentos (Bravo & Fernández del Valle, 2001; Cavalcante et al., 2007; Fernández del Valle, Álvarez & Bravo, 2003; Martín, Rodríguez & Torbay, 2007; Moré & Sperancetta, 2010; Mota & Matos, 2008; Palacios, 2003; Siqueira et al., 2009).

Algumas das potencialidades das instituições de acolhimento com relevância para o desenvolvimento das redes de relações sociais pessoais referidas pela literatura são:

⊗ A perceção positiva das crianças e jovens face às instituições de acolhimento e o

- sentimento de pertença que estas lhe conferem (Arpini, 2003; Mota & Matos, 2008);
- ⊗ O apoio, segurança e proteção dados às crianças e jovens acolhidos por estas instituições (Arpini, 2003; Moré & Sperancetta, 2010; Mota & Matos, 2008; Siqueira et al., 2006; Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Siqueira et al., 2009);
 - ⊗ A construção de novas relações saudáveis que facultam, reforçando as relações existentes, por exemplo com os irmãos (Alexandre & Vieira, 2004; Cavalcante et al., 2007; Martín & Dávila, 2008; Moré & Sperancetta, 2010; Santos & Bastos, 2002; Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Siqueira et al., 2009), e permitindo o acesso à comunidade envolvente (Alexandre & Vieira, 2004; Siqueira et al., 2009);
 - ⊗ A facilitação de oportunidades de vivências e experiências qualificadas (Cavalcante et al., 2007; Moré & Sperancetta, 2010; Santos & Bastos, 2002; Siqueira et al., 2009);
 - ⊗ O apoio à construção do self, personalidade e identidade própria das crianças/jovens (Cavalcante et al., 2007; Moré & Sperancetta, 2010; Siqueira & Dell'Aglio, 2006);
 - ⊗ Permitem atenuar as recordações negativas decorrentes de vivências no contexto familiar e contribuindo para uma perceção satisfatória das relações com a família biológica (Siqueira & Dell'Aglio, 2006);
 - ⊗ Facultam às crianças e jovens recursos para a construção de novas respostas socialmente válidas para lidarem com eventos adversos (Martins & Szymanski, 2004; Santos & Bastos, 2002; Siqueira & Dell'Aglio, 2006);
 - ⊗ Contribuem para a reinserção e adaptação escolar (Siqueira et al., 2009);
 - ⊗ Facilitam a elaboração de projetos de vida para as crianças ou jovens (Moré & Sperancetta, 2010);
 - ⊗ Contribuem para a promoção da autoestima, autoeficácia e autoconfiança das crianças ou jovens acolhidos (Moré & Sperancetta, 2010; Mota & Matos, 2008);
 - ⊗ Contribuem para o desenvolvimento social, emocional e afetivo das crianças e jovens (Cavalcante et al., 2007; Moré & Sperancetta, 2010; Mota & Matos, 2008; Oliveira, 2006; Santos & Bastos, 2002; Siqueira et al., 2006; Siqueira et al., 2009);
 - ⊗ Os elementos adultos existentes nas instituições de acolhimento podem funcionar como modelos de referência (Mota & Matos, 2008; Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

Paralelamente são referidas na literatura como constrangimentos:

- ⊗ Os sentimentos de perda, abandono e solidão das crianças e jovens em acolhimento residencial (Martins, 2005b; Mota & Matos, 2008);
- ⊗ A privação do convívio familiar (Alberto, 2002; Cavalcante et al., 2007; Siqueira, 2006; Siqueira et al., 2009);

- ⊗ A ruptura de vínculos estabelecidos *a priori* do acolhimento (Arteaga & Fernández del Valle, 2003; Cavalcante et al., 2007; Moré & Sperancetta, 2010);
- ⊗ Ausência de referências consistentes (Martins, 2005b);
- ⊗ Rotatividade dos colaboradores e descontinuidade do serviços prestados (Moré & Sperancetta, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004 cit in Siqueira et al., 2006; Siqueira, 2006; Siqueira et al., 2009);
- ⊗ Relação contratual entre os colaboradores da instituição de acolhimento e as crianças e jovens, isenta de envolvimento emocional por parte dos primeiros (Cavalcante et al., 2007; Moré & Sperancetta, 2010; Siqueira et al., 2009);
- ⊗ Implementação de práticas educativas coercivas (Siqueira, 2006; Siqueira et al., 2009);
- ⊗ Falta ou desorganização das interações quotidianas (Martins, 2005b) e de interação com a comunidade envolvente (Siqueira et al., 2006);
- ⊗ Prevalência de privação de afeto (Cavalcante et al., 2007; Moré & Sperancetta, 2010);
- ⊗ Prevalência de privação de liberdade e de escolhas pessoais (Cavalcante et al., 2007; Martins, 2005a);
- ⊗ Atribuições depreciativas e de autodesvalorização (Alberto, 2002; Siqueira et al., 2006);
- ⊗ Criação de conflitos internos face à imagem da família (Alexandre & Vieira, 2004; Mota & Matos, 2008);
- ⊗ Dificuldades em estabelecer novos vínculos (Martins, 2005a; Moré & Sperancetta, 2010);
- ⊗ Algumas crianças evidenciam problemas de conduta, hiperatividade e emocionais; menor autoestima, motivação e rendimento escolar, e as suas estratégias de resolução de problemas parecem menos eficazes e saudáveis, recorrendo frequentemente a estratégias de evitamento (Palacios, 2003);
- ⊗ As crianças em acolhimento residencial também parecem desenvolver défices ao nível do funcionamento cognitivo, linguístico e psicossocial (Gunnar, Bruce & Grotevant, 2000) e na expressão de afetos (Martins, 2005a);
- ⊗ Prevalência de transtornos psiquiátricos nas crianças e jovens em acolhimento residencial (Abreu, 2000) como a perturbação reativa de vinculação (Bos et al., 2011).

Em virtude destas potencialidades e constrangimentos, alguns dos quais contraditórios entre si, é necessário ter presente que fatores como a personalidade da criança, o padrão de vinculação, a sua idade, o acolhimento no momento do acolhimento, a duração da medida, a qualidade dos cuidados prestados, a compreensão e respeito pela história de vida da criança e os contextos e experiências posteriores ao acolhimento podem influenciar este

processo paradoxal de proteção *versus* risco (Cavalcante et al., 2007; Gunnar et al., 2000; Palacios, 2003; Siqueira et al., 2009), pois o acolhimento residencial não provoca os mesmos danos ou ganhos na vidas das crianças e jovens.

Martins (2005b, p.8) sugere que esta ponderação seja realizada considerando a “qualidade das relações estabelecidas entre a criança e o contexto em que se desenvolve — qualquer que seja este contexto, a família ou a instituição — assim como a medida em que este responde às suas necessidades”, sendo esta conceção partilhada por autores como (Martín & Dávila, 2008; Mota & Matos, 2008; Santos & Bastos, 2002; Siqueira, 2006). Já Cavalcante e colaboradores (2007) sugerem que esta análise seja realizada considerando a triangulação entre ambiente físico e social, crenças e valores e padrões comportamentais da equipa da instituição (Cavalcante et al., 2007; Martín & Dávila, 2008; Palacios, 2003; Santos & Bastos, 2002).

Bravo e Fernández del Valle (2003) salientam que é necessário que a criança ou jovem esteja consciente de que as relações desenvolvidas com as diferentes pessoas do centro de acolhimento têm um carácter temporário e que somente os pais (biológicos ou adotivos) devem transmitir a sensação de permanência. Emergindo assim a necessidade da instituição facultar a estes pais recursos para construir relações estruturadas, funcionais e estáveis com os seus filhos (Arteaga & Fernández del Valle, 2003), por exemplo através do contacto face-a-face¹ (Alexandre & Vieira, 2004; Prasad, 2011; Siqueira et al., 2009).

Nesta linha, é perceptível a importância da existência de uma boa rede social pessoal para a criança, pois esta é fundamental para assegurar uma postura adequada e saudável face aos diversos eventos que terá de enfrentar no seu percurso de vida (Bravo & Fernández del Valle, 2003).

Disposições jurídico-legais para a promoção das redes sociais pessoais.

A Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, prevê condições que fomentam as RSP, a saber:

- ⌘ No Art.º53, número 1. – “As instituições de acolhimento funcionam em regime aberto e são organizadas em unidades que favoreçam uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade.” — note-se a ênfase na abertura à comunidade, influenciando assim as construções sociais das crianças e jovens acolhidos e, simultaneamente, as relações que se constroem no interior das instituições.
- ⌘ No Art.º53, número 3. – “Os pais, o representante legal ou quem tenham a guarda de

¹ Vários autores consideram que o contacto face-a-face das crianças/jovens com os seus pais é positivo para o seu desenvolvimento, permitindo a prevenção da idealização da família biológica (Prasad, 2011).

facto podem visitar a criança ou o jovem, de acordo com os horários e as regras de funcionamento da instituição, salvo decisão judicial em contrário.” – esta disposição traduz o reconhecimento da necessidade de manutenção das relações com a família de origem da criança.

- ∅ No Art.º58, alínea a) – “Manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de proteção.” – regista-se novamente a necessidade de manutenção das relações com a família de origem da criança e também com outras pessoas com quem tivesse vínculos estabelecidos anteriormente ao acolhimento residencial.
- ∅ No Art.º58, alínea b) – “Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação de cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas.” – a construção de vínculos em contexto exteriores à instituição – escola e comunidade – é desta forma acautelada.

Também as Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais – Centros de Acolhimento Temporário – elaborados pelo Instituto da Segurança Social traduzem a mesma atenção às relações sociais das crianças e jovens acolhidos:

- ∅ No Critério III.1.6 – “O funcionamento do CAT deve fomentar: a) a convivência social, através do relacionamento entre as crianças ou jovens em acolhimento e destes com os familiares e amigos, com o pessoal do CAT e com a comunidade, de acordo com as suas necessidades e interesses; b) a participação dos familiares no apoio à criança ou jovem em acolhimento, desde que este apoio contribua para um maior bem-estar e equilíbrio psicoafetivo.” (ISS, 2010, p. 27).

Em todas estas disposições, é perceptível o cuidado em se nutrir relações afetivas e significativas já existentes, por exemplo com os familiares, e em propiciar a criação de novos vínculos, por exemplo mediante a participação em atividades culturais, desportivas ou recreativas, ou até mesmo no simples ato de poder usufruir de formação escolar, pois a escola é um importante contexto de desenvolvimento social.

PARTE II – ENQUADRAMENTO EMPÍRICO

Capítulo III – Objetivos e Metodologia

Objetivos

O presente estudo tem como objetivo aprofundar o conhecimento das redes sociais pessoais de crianças com medida de acolhimento em instituição de curta duração, prevista pela Lei nº147/99 de 1 de setembro – Lei de proteção de crianças e jovens em risco, durante o período de novembro de 2010 e outubro de 2011.

Neste sentido, delinearão-se três objetivos específicos: a) caracterizar as redes sociais pessoais de crianças em acolhimento residencial temporário; b) aferir a importância atribuída pelas instituições de acolhimento às redes sociais pessoais das crianças acolhidas; e c) caracterizar as estratégias desenvolvidas por estas instituições, no sentido de promover as redes sociais pessoais de cada criança acolhida.

Amostra

Este estudo envolveu quatro Centros de Acolhimento Temporário, situados na região Norte de Portugal, que se encontram ao abrigo da Lei nº147/99 – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

No total estudaram-se as redes sociais pessoais de trinta e seis crianças, acolhidas nestas instituições, que respondiam afirmativamente ao seguinte critério de seleção: idade atual (no momento da recolha de dados) compreendida entre os 6 e os 12 anos (inclusive).

A constituição desta amostra prende-se com o facto de a literatura alertar para as limitadas interações sociais da população infantojuvenil que se encontra em contexto de acolhimento residencial (Martins, 2005b; Siqueira et al., 2006). Por outro lado, a relevância desta faixa etária surge da ideia defendida por Bronfenbrenner (1994 cit in Papalia et. al, 2001) e Papalia e colaboradores (2001) de que a transição para a idade escolar pressupõe a construção de novas relações e o fortalecimento ou enfraquecimento de relações já existentes.

Neste sentido, a média de idades destas crianças é de 8,14 anos ($DP=1.93$), sendo que o tempo médio de acolhimento de 25,19 meses ($DP=15,54$), oscilando entre os 1 e os 60 meses. Destas crianças, 16 (44,4%) são do sexo feminino e 20 (55,6%) do sexo masculino ($Mo=1$).

Relativamente ao nível de escolaridade, 6 (16,7%) frequentam a escola pré-primária, 3 (8,3%) frequentam o primeiro ano, 9 (25,0%) o segundo ano, 4 (11,1%) o terceiro ano, 7 (19,4%) o quarto ano, 1 (2,8%) o quinto ano, 3 (8,3%) o sexto ano, 1 (2,8%) o sétimo ano e 2 (5,6%) crianças estão abrangidas pelo Currículo Específico Individual ($Mdn=3$; $IQQ=3$).

Fundamentação do Método

Almeida e Freire (2003) afirmam que os objetivos operacionais da investigação orientam a condução da investigação científica.

Dada a natureza descritiva dos objetivos desta investigação é perceptível a necessidade de *inventariação* de conteúdos implícitos à construção das relações das crianças em regime de acolhimento temporário.

Esses objetivos conduzem ainda à contração de duas abordagens metodológicas distintas – quantitativa ou empírico-analítica e qualitativa ou humanista-interpretativa (Almeida & Freire, 2003):

- ∅ Subjacente ao objetivo de caracterizar as redes sociais pessoais de crianças em regime de acolhimento institucional temporário verifica-se a necessidade de encontrar “regularidades e leis explicativas através de esforços colocados na objetividade e na quantificação das medidas”, característicos da investigação quantitativa (Almeida & Freire, 2003, p. 27).
- ∅ Já a segunda perspetiva permite compreender e descrever com maior profundidade os fenómenos sociais como aferir a importância atribuída pelas instituições de acolhimento às redes sociais pessoais das crianças acolhidas; e caracterizar as estratégias desenvolvidas por estas instituições, no sentido de promover as redes sociais pessoais de cada criança acolhida – objetivos desta investigação (Almeida & Freire, 2003).

Esta simbiose é vantajosa pois permite aprofundar e compreender um determinado fenómeno e aliar a precisão da medida à contextualização da informação.

Assim, optou-se por um desenho de investigação misto, que incorpora uma abordagem quantitativa e qualitativa, considerando o racional expansão – ampliação do âmbito da investigação através da implementação de diferentes métodos (Greene, Caracelli, & Graham, 1989).

Fases da investigação

Iniciou-se o presente estudo com uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados B-On e MedLine (através de PubMed), considerando o período de publicação dos artigos entre 2006 e 2011 (inclusive), e respeitando os critérios de pesquisa ilustrados na Figura 1. (ver equações de pesquisa no anexo 8).

Neste sentido, foi possível identificar e aceder a artigos com vários níveis de relevância para a investigação e partir destes, com efeito de bola de neve, identificaram-se referências cruzadas pertinentes para a temática.

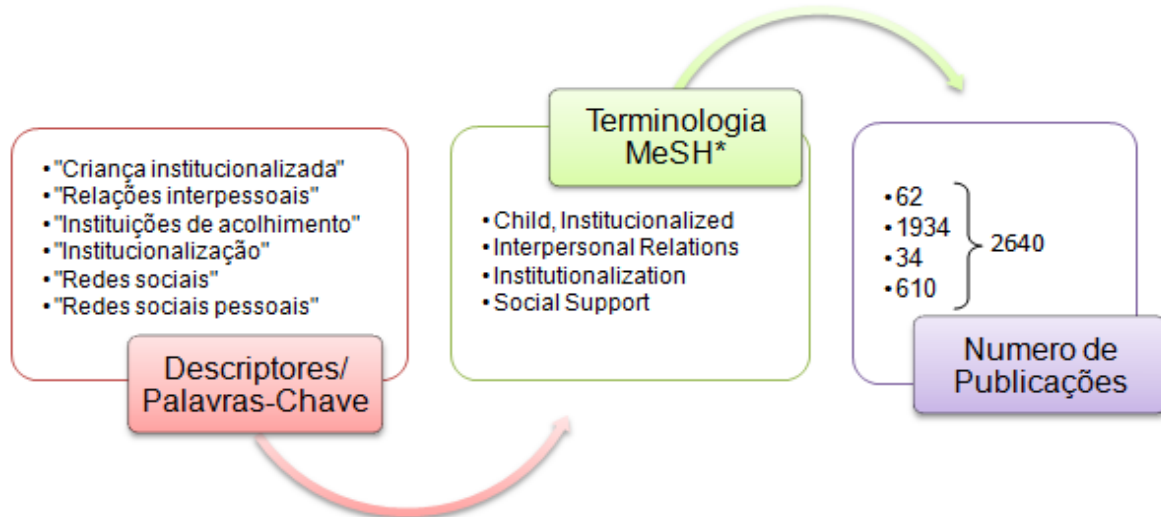


Figura 1. Critérios para pesquisa bibliográfica: escolha dos descritores/palavra-chave e identificação da terminologia MeSH (Medical Subject Headings). Nota: *MeSH – MeSH (Medical Subject Headings) is the NLM controlled vocabulary thesaurus used for indexing articles for PubMed – <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh>

Posteriormente, proveio-se à implementação dos procedimentos para recolha de dados, entre os quais o preenchimento de dois instrumentos de caracterização de redes sociais pessoais, por um técnico de cada Centro de Acolhimento Temporário e a realização de uma entrevista semiestruturada a esse mesmo técnico. Estes instrumentos visaram a recolha de informações sobre a importância atribuída pelas instituições de acolhimento às redes sociais pessoais das crianças acolhidas e sobre as respetivas estratégias desenvolvidas por estas, no sentido de promover essas redes sociais pessoais.

Realizados estes procedimentos e respeitando-se os princípios éticos, procedeu-se ao tratamento de dados quantitativos com recurso ao SPSS versão 19, e à análise de conteúdo para o tratamento dos dados qualitativos.

Técnicas e instrumentos de recolha de dados

As redes sociais pessoais das crianças.

Com o intuito de responder ao objetivo de “caracterizar as redes sociais pessoais de crianças em regime de acolhimento institucional temporário”, recorreu-se a dois instrumentos de avaliação da rede social pessoal: instrumento de Avaliação da Rede Social Pessoal – Revisto (IARSP-R), adaptado por Alarcão e Sousa (2007) e o Mapa de Rede Social Pessoal (versão adaptada por Alarcão e Sousa, 2007).

Instrumento de Avaliação da Rede Social Pessoal – Revisto.

Este instrumento tem por finalidade caracterizar a rede social pessoal de um certo indivíduo (sujeito focal) a três níveis - estrutura, funções da RSP e características específicas das relações que o sujeito focal mantém com as pessoas significativas - através de oito questões (ver estrutura do instrumento no anexo 4).

Na primeira questão procede-se à identificação e categorização das pessoas significativas para o sujeito focal (em relação a cada uma deve ser atribuída uma qualificação da relação – positiva, negativa e/ou conflitual – e um grupo – família, amigos, colegas de estudo, vizinhos, serviços, instituições). Nas questões 2 e 3 o sujeito focal deve indicar a idade e profissão das pessoas identificadas. As questões 4 e 5 referem-se à frequência de contactos com cada uma e à distância geográfica que os separa. Na sexta questão, o sujeito focal deve identificar o nível de apoio recebido em diversas vertentes (emocional, financeira, material/instrumental, técnica/serviços, cognitiva ou de aconselhamento, de acesso a novos contactos, companhia social e regulação social). A sétima questão é semelhante à anterior, mas refere-se ao apoio retribuído pelo sujeito focal. Por fim, identificam-se as pessoas da rede que se conhecem.

Mapa de Rede Social Pessoal.

Este instrumento (ver instrumento no anexo 5), inicialmente proposto por Sluzki (1998) e posteriormente adaptado por Alarcão e Sousa (2007), caracteriza-se pela elaboração de um mapa onde se sinalizam todas as pessoas que se destacam da massa anónima da sociedade para um determinado indivíduo.

O Mapa de Rede Social Pessoal permite-nos uma observação holística da Rede Social Pessoal de uma dada pessoa, ou seja, permite-nos conhecer o tamanho, a composição e a densidade da Rede Social Pessoal desse sujeito.

O Mapa é instituído por quatro quadrantes (Figura 2.): Família, Amizades, Relações Laborais/Escolares e Relações Comunitárias. Estes quadrantes contemplam três áreas em que se representa uma progressão inversa do grau de proximidade e/ou intimidade partilhada com o sujeito, ou seja, no círculo interior situam-se as pessoas com quem o indivíduo partilha relações de maior proximidade e/ou intimidade, no círculo intermédio aquelas que partilham um menor grau de comprometimento e no círculo exterior situam-se as pessoas com quem o indivíduo mantém um relacionamento ocasional (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998). Esta organização do Mapa permite que o reconhecimento e definição das características sejam quase imediatos aquando da visualização do mesmo.

Note-se que este Mapa corresponde a um momento estático da vida do indivíduo, sendo que o relato concomitante pode referir-se a um momento presente ou a um

determinado período de tempo longo (Sluzki, 1998).

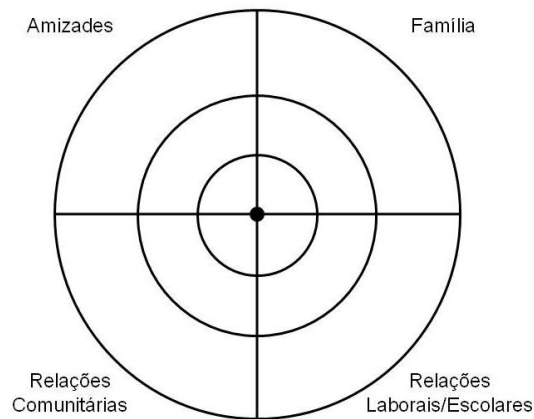


Figura 2. Mapa de Rede Social Pessoal (Sluzki, 1998)

O papel atribuído pelas instituições de acolhimento às redes sociais pessoais.

Na sequência do anteriormente descrito, pretendia-se ainda avaliar a importância atribuída pelas instituições de acolhimento às redes sociais pessoais das crianças acolhidas e caracterizar as estratégias institucionalmente desenvolvidas no sentido de promover as redes sociais pessoais de cada criança acolhida. Para este efeito, optou-se por elaborar uma entrevista semiestruturada, composta por três questões (ver entrevista no anexo 6).

A primeira questão tem como finalidade clarificar qual a importância atribuída pela instituição a cada uma das categorias, referenciadas pela literatura, das relações sociais pessoais – “*As redes sociais das crianças variam conforme a idade. Considerando as crianças com idade entre os 6 e os 12 anos, acolhidas nesta instituição, que importância têm: a. A família?; b. Os colegas de estudo?; c. Os amigos?; d. A instituição?; e d) A comunidade envolvente (vizinhança e serviços)?*”.

A segunda questão refere-se às estratégias que a instituição implementa para a promoção dessas RSP, a nível geral: “*Tendo em conta a relevância que é dada às relações com a família, colegas de estudo, amigos, instituição e comunidade das crianças, com idades dos 6 aos 12 anos, aqui acolhidas, que estratégias são adotadas para promover essas relações, genericamente?*”.

Finalizou-se a entrevista questionando o entrevistado/técnico acerca de cada uma das crianças que cumpriam o requisito da idade com a seguinte questão: “*Focando a nossa atenção na criança X, que estratégias foram e estão a ser desenvolvidas para promover as relações dela/e com: a. A família?; b. Os colegas de estudo?; c. Os amigos?; d. A instituição?; e d) A comunidade envolvente (vizinhança e serviços)?*”, com o intuito de analisar quais as estratégias aplicadas individualmente para a promoção da RSP da criança acolhida.

Procedimentos

O primeiro contacto com os Centros de Acolhimento Temporário foi feito mediante uma carta de recomendação elaborada pela diretora de um Centro de Acolhimento Temporário dirigida aos diretores e/ou psicólogos dessas instituições, enviada por correio eletrónico (Anexo 7). Após resposta dos destinatários agendou-se uma primeira reunião nas instalações desses centros com o intuito de explicar e contextualizar o âmbito desta investigação, destacando a população alvo (crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos) e os instrumentos a utilizar, e solicitar autorização para a realização da mesma (Anexo 2).

Feito este esclarecimento agendaram-se as datas de aplicação dos instrumentos: primeiramente aplicar-se-ia o Instrumento de Avaliação da Rede Social Pessoal – Revisto (IARSP-R) e respetivo Mapa de Rede Social Pessoal, versões adaptadas de Alarcão e Sousa (2007) e numa data a posteriori proceder-se-ia à aplicação da entrevista semiestruturada.

O Instrumento de Avaliação da Rede Social Pessoal – Revisto (IARSP-R) e respetivo o Mapa de Rede Social Pessoal (versões adaptadas por Alarcão e Sousa, 2007) foram preenchidos pelo técnico (diretor da instituição/assistente social ou psicólogo) de cada instituição que conhecesse melhor as crianças acolhidas, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos. Para este efeito, em momento oportuno foram dadas indicações claras sobre o preenchimento destes instrumentos. Dada a relativa complexidade dos instrumentos considerou-se que o preenchimento destes implicaria uma tarefa desadequada para as crianças, assim optou-se por efetuar esta tarefa com os técnicos do CAT. Sinergicamente pretendeu-se conhecer a perspetiva destes face às redes sociais pessoais das crianças acolhidas, uma vez que é objetivo desta investigação aferir o papel atribuído pelas instituições a essas redes.

Numa terceira deslocação aos quatro Centros de Acolhimento Temporário decorreram as entrevistas com os mesmos técnicos que preencheram os instrumentos supracitados. Estas entrevistas foram áudio-gravadas, sob acordo prévio e termo de confidencialidade (Anexo 3), e posteriormente procedeu-se à transcrição integral das mesmas.

Capítulo IV – Tratamento e Análise de Dados

As redes sociais pessoais das crianças

Para caracterizar as redes sociais pessoais das crianças efetuou-se o tratamento quantitativo das informações recolhidas nos instrumentos supracitados de Alarcão e Sousa (2007). Para tal, elaborou-se uma análise estatística descritiva com recurso ao software

SPSS (Statistical Package for Social Sciences), versão 19.0.

A caracterização das redes sociais pessoais (RSP) abrange as características estruturais (tamanho, densidade, composição/distribuição, dispersão e homogeneidade/heterogeneidade demográfica – sexo e idade), as funções das redes (apoio emocional, apoio financeiro, apoio instrumental, apoio técnico, aconselhamento, acesso a novos contactos, companhia social e regulação social) e os atributos do vínculo (multidimensionalidade e versatilidade, reciprocidade e frequência de contactos).

A densidade, composição/distribuição e homogeneidade/heterogeneidade demográfica, relativamente ao sexo das pessoas incluídas nas redes sociais pessoais, foram consideradas variáveis nominais pelo carácter *puramente qualitativo* (Martins, 2011).

Dimensões como a dispersão, as funções da rede, a reciprocidade e a frequência de contactos foram consideradas como variáveis ordinais pois a Alarcão e Sousa (2007) propõe para estas dimensões uma ordenação crescente ou decrescente (Martins, 2011).

O tamanho, homogeneidade/heterogeneidade demográfica referente à idade das pessoas incluídas nas redes sociais pessoais, e a multidimensionalidade e versatilidade, devido ao seu carácter *quantitativo ou numérico* consideraram-se variáveis intervalares (Martins, 2011).

De modo a enriquecer esta caracterização, à exceção da dispersão e composição/distribuição, estas dimensões foram ainda analisadas ao nível da cada quadrante – família, amigos, colegas de estudo, instituição e comunidade envolvente.

O Papel Atribuído pelas Instituições de Acolhimento às Redes Sociais Pessoais

Para se averiguar qual o papel atribuído pelas instituições de acolhimento às redes sociais pessoais, torna-se necessário tratar as informações recolhidas pela entrevista semiestruturada através da metodologia qualitativa, dada a sua natureza exploratória e descritiva (Almeida & Freire, 2003), recorrendo à técnica de análise de conteúdo.

Bardin (1977, p.31) define a análise de conteúdo como um “*conjunto de técnicas de análise das comunicações*”, que se organiza em três fases: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material, e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Na primeira fase procedeu-se à organização da análise, assim agruparam-se as entrevistas transcritas e elaborou-se uma leitura *flutuante* das mesmas. Na fase seguinte, exploração do material, procedeu-se à a) codificação, seleccionando a priori as regras de enumeração e considerando como unidade de registo a unidade de sentido e b) categorização, sendo que algumas das categorias derivaram da literatura – processo dedutivo, enquanto outras

emergiram das produções do sujeito – processo indutivo (Bardin, 1977): partiu-se da necessidade de averiguar a importância atribuída pelos CAT às redes sociais pessoais das crianças acolhidas e de conhecer quais as estratégias adotadas por estas instituições para promover essas redes, prosseguindo-se para a sua organização em categorias que têm subjacente a conceptualização de Alarcão e Sousa (2007) e Sluzky (1998) – rede, família, amigos, colegas de estudo, comunidade envolvente, com especial destaque para a instituição, por se constituir como residência da criança (Santana & Romera, 2010). A posteriori elaboraram-se os indicadores objetivos para cada categoria a partir das produções dos sujeitos. Este processo permite caracterizar este tratamento e análise de dados com um método misto (dedutivo e indutivo). Para finalizar, efetuou-se o tratamento dos resultados, estando aqui implícitos a inferência e a interpretação (Bardin, 1977), ao nível da importância que a instituição atribui às redes sociais pessoais e das estratégias que adotam para as promover.

Saliente-se que para garantir a qualidade das categorias cumpriram-se os requisitos propostos por Bardin (1977) – exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade. Assim, considerou-se como teorias 1. importância atribuída pelos CAT às redes sociais pessoais e 2. estratégias adotadas pelo CAT para a promoção das redes sócias; e considerou-se para ambos as categorias “Globalmente”, “Família”, “Amigos/Colegas de Estudo”, “Instituição” e “Comunidade Envolvente” (Figura 3.).



Figura 3. Análise de conteúdo: a partir dos dois pilares – Centro de Acolhimento Temporário e Rede Social Pessoal – desta investigação formaram-se as teorias (importância atribuída pelos CAT às redes sociais pessoais e estratégias adotadas para a promoção das redes) e posteriormente as categorias – Global; Família; Amigos/Colegas de Estudo; Instituição e Comunidade Envolvente.

Capítulo V – Apresentação e Discussão dos resultados

As Redes Sociais Pessoais Das Crianças

Características estruturais das redes sociais pessoais.

O *tamanho* das redes sociais pessoais destas crianças varia entre uma e nove pessoas, tendo uma média de 4.58 pessoas e um desvio-padrão de 2.30. Na totalidade foram identificadas 165 pessoas (Figura 3.), das quais 71 são elementos da família, 46 são colaboradores do CAT, 44 são identificados como amigos, 3 como colegas de estudo e 1 como elementos dos serviços (comunidade envolvente).

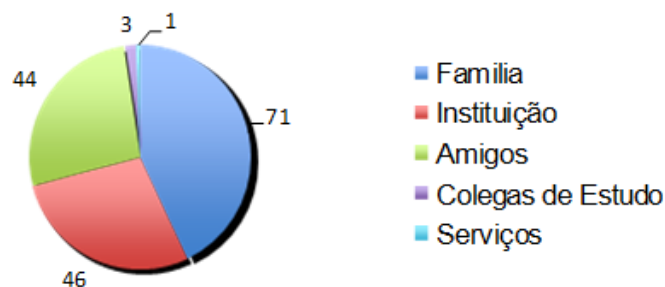


Figura 3. Distribuição Dos Elementos Das Redes Sociais Pessoais Pelos Diversos Quadrantes (n).

Estas redes, quanto à densidade, são tendencialmente coesas ($Mo=2$). Sendo que 36.1% são fragmentadas, 8.3% são dispersas e 55.6% são coesas. Pode-se assim concluir que as redes sociais pessoais das crianças em acolhimento residencial são coesas.

No que concerne a composição/distribuição, nas redes identificam-se em média 2.17 quadrantes (família, amigos, colegas de estudo, vizinhança e/ou instituição) ($DP=0.81$), oscilando entre um e quatro quadrantes.

As pessoas identificadas nas diferentes redes sociais pessoais das crianças têm em média 25.85 anos de idade ($DP=15.07$), variando entre os dois e os sessenta e quatro anos. Foram identificadas cento e onze (67.3%) pessoas do sexo feminino e cinquenta e três (32.7%) do sexo masculino ($Mo=0$), portanto as redes sociais pessoais destas crianças são maioritariamente constituídas por pessoas do sexo feminino. Desta forma, as redes sociais pessoais das crianças em acolhimento residencial parecem evidenciar uma heterogeneidade demográfica, tanto ao nível da idade como ao nível do sexo.

A distância geográfica, dispersão, entre as crianças e as pessoas da sua rede é variável: 28.0% das pessoas identificadas como significativas habitam na mesma casa que as crianças, ou seja, a instituição; 35.4% vivem na mesma cidade que a crianças, 28.0% habitam até 50km de distância e 8.5% habitam a mais de 50km ($Mdn=3$; $IQQ=3$).

Com o intuito de aprofundar o conhecimento das redes sociais pessoais analisaram-se as características estruturais por quadrante (Figura 4.).



Figura 4. Características Estruturais Por Quadrante.

Para trinta das trinta e seis crianças (83.3%) são consideradas relações significativas com membros da família, sendo identificados em média 2.43 familiares ($DP=1.31$) por criança, variando entre uma a seis pessoas. Destes membros, a mãe foi identificada em 35.2% dos casos, o pai em 23.9%, os irmãos têm uma prevalência de 29.6%, os tios 5.6%, e os avós 5.6% ($Mo=0$): 60.6% pessoas são do sexo feminino e 39.4% do sexo masculino ($Mo=0$), e têm em média 29,04 anos de idade ($DP=15.19$), variando entre os dois e os sessenta anos. A distância geográfica entre as crianças e as pessoas da sua família é variável: 25.4% das pessoas identificadas também residem na instituição que as crianças – irmãos das crianças, 12.7% habitam na mesma cidade que a crianças, 47.9% habitam até 50km de distância e 14.1% habitam a mais de 50km ($Mdn=4$; $IQQ=3$).

No quadrante dos amigos identificou-se para vinte e duas crianças (61.1%) uma média de 2 pessoas ($DP=0.98$), com uma oscilação entre um a quatro pessoas significativas. Vinte e sete (61.4%) são do sexo feminino e dezassete (38.6%) do sexo masculino ($Mo=0$), e têm em média 12.45 anos de idade ($DP=10.85$), variando entre os três e os quarenta e oito anos. A distância geográfica entre as crianças e os seus amigos é variável: 61.4% das pessoas identificadas habitam na mesma casa que as crianças, denotando-se assim que os amigos destas crianças são crianças que estão igualmente em acolhimento residencial; 27.3% habitam na mesma cidade que a crianças, 4.5% habitam até 50km de distância e 6.8% habitam a mais de 50km ($Mdn=1$; $IQQ=2$).

Segundo os técnicos, apenas duas crianças mantêm relações significativas com colegas de estudo. A prevalência destas pessoas nas redes sociais pessoais dessas crianças varia entre um e dois, com média de 1.50 e desvio-padrão de 0.71. Foram

identificadas um pessoa do sexo feminino e duas do sexo masculino ($Mo=1$), com uma idade média aproximada de 7.0 anos ($DP=.0$), e habitam na mesma cidade ($Mdn=3$; $IQQ=0$).

Na perspetiva dos técnicos, quanto à comunidade envolvente, as redes sociais pessoais das crianças em análise não contemplam pessoas da vizinhança, e apenas uma criança tem na sua rede um elemento dos serviços da comunidade envolvente.

As redes sociais pessoais de vinte e quatro das crianças integram em média 1.83 pessoas da instituição ($DP=0.96$), variando entre uma a quatro pessoas: os técnicos do CAT apresentam uma prevalência de 62.2%, os auxiliares de ação educativa de 33.3%, a equipa dos serviços gerais do CAT têm uma prevalência de 2.2% e os voluntários de 2.2% ($Mo=5$). Foram identificadas 86.7% pessoas do sexo feminino e 13.3% do sexo masculino ($Mo=0$), e têm em média 34.96 anos de idade ($DP=7.25$), variando entre os 23 e os 64 anos. A distância geográfica entre as crianças e as pessoas da instituição é variável: 2.2% das pessoas identificadas habitam na mesma casa que as crianças, 75.6% habitam na mesma cidade que a crianças e 22.2% habitam até 50km de distância ($Mdn=3$; $IQQ=0$).

Em suma, quanto às características estruturais, as redes sociais pessoais de crianças em acolhimento residencial são maioritariamente pequenas, visto terem entre zero a cinco elementos (Sousa & Alarcão, 2007); coesas pois todos os elementos mantêm relações entre si, não se verificando subgrupos independentes (Guay, 1984 cit in Alarcão & Sousa, 2007); mistas visto que os elementos identificados como significativos distribuem-se por vários quadrantes (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998); heterogéneas quanto à idade e ao sexo pois os elementos das redes sociais pessoais das crianças em acolhimento residencial dispersam-se pelo amplo espectro de idades e por serem de ambos os sexos (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998); o registo de proximidade cinge-se à mesma cidade.

No que concerne as características estruturais da família, esta é representada na maioria dos casos como pequena pois são identificados entre zero a cinco elementos (Sousa & Alarcão, 2007) e o registo de proximidade limita-se a uma distância de 50km. Os elementos identificados são a mãe, o pai, os irmãos, os avós e os tios, sendo a mãe é a figura mais vezes identificada. Estes resultados assemelham-se aos de Siqueira e colaboradores (2009) e de Siqueira e Dell'Aglio (2010). A categoria amigos é maioritariamente pequena (Sousa & Alarcão, 2007) e heterogénea (Guay, 1984 cit in Alarcão & Sousa, 2007) e a distância geográfica limita-se à mesma casa. A categoria colegas de estudo é igualmente maioritariamente pequena (Sousa & Alarcão, 2007) e homogénea pois são visíveis similaridades nas características dos elementos identificados (Guay, 1984 cit in Alarcão & Sousa, 2007) e a distância geográfica limita-se à mesma cidade. A comunidade envolvente, na maioria dos casos, não se encontra representada, tal como Bravo e Fernández del Valle (2001, 2003) afirmaram nos seus estudos. Relativamente

às características estruturais da instituição, esta é maioritariamente pequena (Sousa & Alarcão, 2007) e heterogénea (Guay, 1984 cit in Alarcão & Sousa, 2007) e o registo geográfico cinge-se à mesma cidade. Os elementos identificados na instituição são os técnicos, os auxiliares de ação educativa, a equipa dos serviços gerais e os voluntários, destacando-se os primeiros, tal como sugerem Siqueira e colaboradores (2009).

Funções das redes sociais pessoais.

No Quadro 1. encontram-se sintetizados os resultados referentes aos apoios fornecidos pelas redes sociais pessoais das crianças em acolhimento residencial e por cada um dos quadrantes: família, amigos, colegas de estudo, serviços e instituição. Contudo, considerando o reduzido *n* do quadrante *colegas de estudo* e *serviços*, os resultados referentes a estes quadrantes não serão relevados.

Quadro 1.

Apoios Fornecidos às Crianças Pela Rede e Por Cada Quadrante (%).

	Rede (n=165)			Família (n=71)			Amigos (n=44)			Colegas de Estudo (n=3)			Serviços (n=1)			Instituição (n=46)		
	Nenhum	Algum (Insuficiente)	Suficiente	Nenhum	Algum (Insuficiente)	Suficiente	Nenhum	Algum (Insuficiente)	Suficiente	Nenhum	Algum (Insuficiente)	Suficiente	Nenhum	Algum (Insuficiente)	Suficiente	Nenhum	Algum (Insuficiente)	Suficiente
Emocional	11.5	27.3	61.2	19.7	49.3	31.0	9.1	20.5	70.5	-	-	100	-	-	100	-	2.2	97.8
Financeiro	90.0	7.3	1.8	88.7	11.3	-	97.7	2.3	-	100	-	-	100	-	-	86.7	6.7	6.7
Instrumental	19.4	27.9	52.7	36.6	46.5	16.9	11.4	20.5	68.2	-	-	100	-	-	100	-	8.9	91.1
Técnico	76.4	.6	23.0	100	-	-	97.7	-	2.3	100	-	-	-	-	100	17.8	2.2	80.0
Aconselhamento	28.5	29.1	42.4	47.9	35.2	16.9	27.3	40.9	31.8	-	66.7	33.3	-	-	100	-	6.7	93.3
Acesso a novos contactos	47.3	24.2	28.5	73.2	21.1	5.6	47.7	25.0	27.3	-	66.7	33.3	-	-	100	8.9	26.7	64.4
Companhia social	6.7	27.3	66.1	11.3	54.9	33.8	4.5	6.8	88.6	-	-	100	-	-	100	-	6.7	93.3
Regulação social	19.4	26.1	54.5	36.6	39.4	23.9	11.4	27.3	61.4	-	-	100	-	-	100	-	6.7	93.3

Assim, das pessoas consideradas nas redes sociais pessoais das crianças em análise verifica-se que a) 61.2% fornecem de apoio emocional suficiente, b) 90.0% não facultam apoio financeiro, c) 52.7% dão apoio instrumental suficiente, d) 76.4% não fornecem apoio técnico, e) o aconselhamento é prestado suficientemente por 42.3% dessas pessoas; f) 47.3% não facultam o acesso a novos contactos, g) 66.1% fornecem companhia social suficiente e h) 54.5% desempenham suficientemente regulação social.

Ao nível da família, os dados que prevalecem são que a) o apoio emocional é fornecido de modo insuficiente (49.3%), b) não é facultado apoio financeiro (88.7%), c) o apoio

instrumental concedido é insuficiente (46.5%), d) não é fornecido qualquer apoio técnico (100%), e) não é facultado aconselhamento (47.9%) nem acesso a novos contactos (73.2%), f) a companhia social é considerada suficiente em apenas 33.8% e a regulação social somente em 23.9%, sendo que estes dois apoios são fornecidos de modo insuficiente, respetivamente, em 54.9% e 39.4% pelas pessoas assinaladas como sendo da família.

No que concerne os amigos, os dados que prevalecem são que o apoio emocional (70.5%), o apoio instrumental (68.2%), a companhia social (88.6%) e regulação social (61.4%) são fornecidos de modo suficiente pelos elementos classificados como amigos. Já o apoio financeiro (97.7%), o apoio técnico (97.7%) e o acesso a novos contactos (47.7%) não são fornecidos por estes elementos das redes sociais pessoais. Quanto ao apoio designado por aconselhamento, 40.9% dos amigos facultam este apoio de modo insuficiente.

Relativamente aos elementos da instituição considerados nas redes, prevalece que os todos os apoios, à exceção do apoio financeiro, são facultados de modo suficiente. O apoio financeiro tende a não ser facultado pelos elementos assinalados (86.7%).

Nesta linha, nota-se que a companhia social e apoio emocional são os tipos de apoio com maior destaque, tanto a nível da rede como para cada um dos quadrantes. Já os apoios técnico e financeiro apresentam os valores mais reduzidos. Verifica-se ainda que os elementos da instituição parecem fornecer mais apoio que os elementos da família, confirmando-se os dados apresentados na literatura que indicam que a instituição passa a constituir o principal contexto de desenvolvimento das crianças em acolhimento residencial, funcionando como a principal fonte de apoio (Oliveira, 2006; Siqueira et. al, 2006; Siqueira et. al, 2009). Note-se, contudo, que os respondentes desta avaliação foram os técnicos pelo que poderá prevalecer valorização positiva da instituição e de si próprios em detrimento da família.

Atributos do vínculo.

As redes sociais pessoais asseguram em média 5 tipos de apoio (emocional, financeiro, instrumental, técnico, aconselhamento, acesso a novos contactos, companhia social e/ou regulação social) ($DP=1.97$), oscilando entre zero e oito apoios fornecidos, demonstrando assim uma elevada multidimensionalidade e versatilidade.

Relativamente à frequência de contactos, 63% das pessoas identificadas nas redes sociais pessoais mantém contacto diário com as crianças, 8.5% mantém o contacto algumas vezes por semana, 17% semanalmente, 4.8% uma ou mais vezes por mês e 6.1% apenas algumas vezes por ano ($Mdn=1$; $IQQ=2$).

Atendendo a cada quadrante em particular, ao nível da família são assegurados em média 3.86 tipos de apoio ($DP=1.85$), oscilando entre zero e sete tipos de apoio fornecidos.

Destas pessoas, 26.8% mantêm contacto diário com as crianças, 19.7% mantêm o contacto algumas vezes por semana, 35.2% semanalmente, 11.3% uma ou mais vezes por mês e 7.0% apenas algumas vezes por ano ($Mdn=3$; $IQQ=2$).

Os amigos asseguram em média 4,93 apoios ($DP=1.85$), oscilando entre zero e sete apoios fornecidos: 84.1% mantêm contacto diário com as crianças, 4.5% contacto semanal, 11.4% mantêm o contacto apenas algumas vezes por ano ($Mdn=1$; $IQQ=0$).

Por sua vez, os colegas de estudo asseguram em média 6 tipos de apoio ($DP=.0$) e mantêm contacto diário ($Mdn=1$; $IQQ=0$) com as crianças para as quais foram identificadas como significativas.

Por fim, as pessoas dos CAT asseguram em média 6,87 tipos de apoio ($DP=0.73$), oscilando entre cinco e sete tipos de apoio fornecidos. Destas pessoas, 97.8% mantêm contacto diário com as crianças e 2.2% mantêm o contacto semanal ($Mdn=1$; $IQQ=0$).

Relativamente à reciprocidade (Quadro 2.) é perceptível que pelo menos 50% das crianças estudadas a) tendem a fornecer muito apoio emocional (53.9%) e companhia social (60.6%), b) não facultam apoio financeiro, apoio instrumental, apoio técnico, aconselhamento e acesso a novos contactos e c) tendem exercer alguma (26.7%) ou muita (32.7%) regulação social aos elementos das suas redes sociais pessoais.

Importa ainda analisar o apoio emocional, companhia social e a regulação social, ao nível dos diversos quadrantes, dada a prevalência destes tipos de apoio no estudo da reciprocidade: o apoio emocional prevalece na família como “dá algum apoio” (50.7%), nos amigos (61.4%) e instituição (77.3%) como “dá muito apoio”; b) a companhia social é expressiva na família como “dá algum apoio” (59.2%), nos amigos e instituição como “dá muito apoio” (81.8% e 77.8%, respetivamente); e c) a regulação social na família surge como “não costuma dar apoio” (46.5%), nos amigos e na instituição como “dá muito apoio” (52.3% e 44.4%, respetivamente).

Neste sentido, verifica-se que, tanto a nível geral como a nível de cada quadrante, prevalecem a multidimensionalidade e versatilidade, pois, na maioria das situações são assegurados vários tipos de apoio (Alarcão & Sousa, 2007; Sluzki, 1998). A frequência de contactos é diária, à exceção do quadrante família, que tem uma frequência tendencialmente semanal (Alarcão & Sousa, 2007). Dado que no domínio da reciprocidade se verifica que os tipos de apoio com maiores valores de prevalência são a companhia social e o apoio emocional e que no domínio das funções das redes, são também estes os apoios que se destacam, pode-se afirmar que existe uma relação de reciprocidade entre as crianças em acolhimento residencial e os elementos das suas redes sociais pessoais (Alarcão & Sousa, 2007).

Quadro 2.

Reciprocidade Face aos Apoios Fornecidos à Criança (%)

	Rede (n=165)			Família (n=71)			Amigos (n=44)			Colegas de Estudo (n=3)			Serviços (n=1)			Instituição (n=46)		
	Não costuma dar	Algum apoio	Muito apoio	Não costuma dar	Algum apoio	Muito apoio	Não costuma dar	Algum apoio	Muito apoio	Não costuma dar	Algum apoio	Muito apoio	Não costuma dar	Algum apoio	Muito apoio	Não costuma dar	Algum apoio	Muito apoio
Emocional	11.5	34.5	53.9	15.5	50.7	33.8	6.8	31.8	61.4	-	33.3	66.7	-	-	100	8.9	13.3	77.3
Financeiro	98.2	1.8	-	100	-	-	100	-	-	100	-	-	100	-	-	93.3	6.7	-
Instrumental	50.9	30.9	18.2	67.6	28.2	4.2	34.1	20.5	45.5	-	66.7	33.3	100	-	-	42.2	44.4	13.3
Técnico	95.8	4.2	-	100	-	-	100	-	-	100	-	-	100	-	-	84.4	-	15.6
Aconselhamento	53.3	33.3	13.3	66.2	31.0	2.8	38.6	40.9	20.5	-	100	-	100	-	-	48.9	26.7	24.4
Acesso a novos contactos	73.9	20.6	5.5	84.5	15.5	-	65.9	22.7	11.4	66.7	33.3	-	100	-	-	64.4	26.7	20.0
Companhia social	3.0	36.4	60.6	4.2	59.2	36.6	-	18.2	81.8	-	33.3	66.7	-	-	100	2.2	20.0	77.8
Regulação social	40.6	26.7	32.7	46.5	38.0	15.5	29.5	18.2	52.3	-	100	-	100	-	-	42.2	13.3	44.4

O Papel Atribuído pelas Instituições de Acolhimento às Redes Sociais Pessoais

Importância atribuída pelos CAT às redes sociais pessoais.

Da análise de conteúdo das entrevistas, verificou-se que os CAT atribuem níveis de importância distintos à rede social pessoal na sua globalidade, à família, aos amigos/colegas de estudo, à instituição e à comunidade envolvente (Figura 5.).

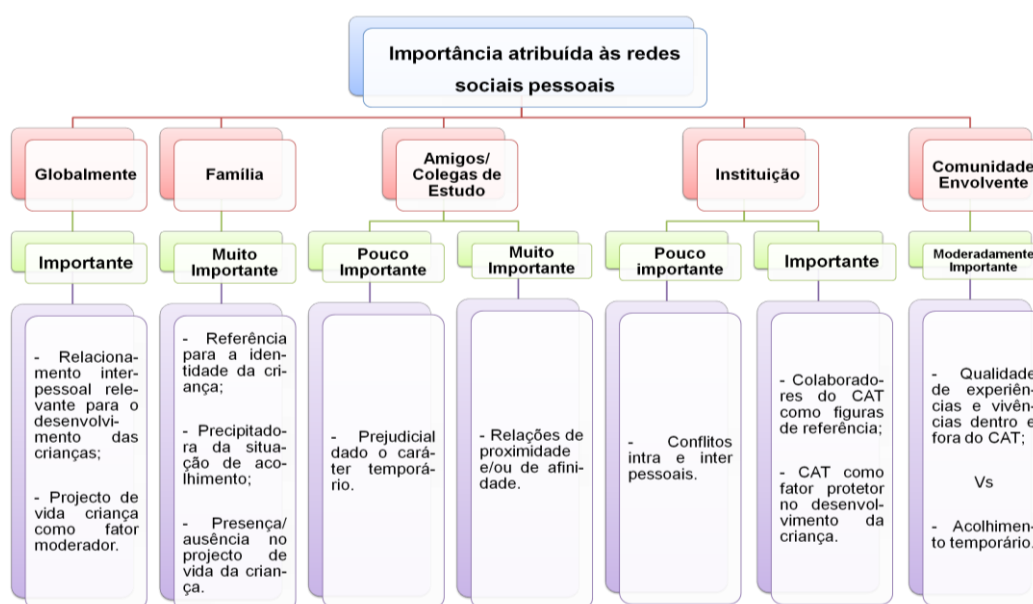


Figura 5. Importância atribuída pelos CAT às redes sociais pessoais das crianças.

Assim, a nível global, os técnicos consideram que o relacionamento interpessoal é relevante para o desenvolvimento das crianças acolhidas, podendo contribuir para as suas escolhas futuras das trajetórias de vida (Mota & Matos, 2008) e que o projeto de vida destas crianças é o fator moderador na relevância atribuída a cada quadrante (família, amigos/colegas de estudo, instituição e comunidade envolvente). Note-se que apesar de Alarcão e Sousa (2007) e Sluzki (1998) diferenciarem os amigos dos colegas de estudo, os entrevistados tenderam a abordar estas duas categorias como uma única, desta fusão surge a necessidade de prosseguir a análise considerando os amigos e colegas de estudo conjuntamente.

No que concerne especificamente à importância atribuída à família, as respostas são homogêneas: a família é um importante vetor a considerar nas redes sociais pessoais das crianças em acolhimento residencial pois a) representa uma referência para a identidade da criança, sendo esta ideia partilhada por autores que designam a família como contexto privilegiado para a maturação da criança (Bravo & Fernández del Valle, 2001, 2003; Santana & Romera, 2010; Singer, 1993); b) foi nela que se constituiu o fator de precipitação para a aplicação da medida de acolhimento da criança (ex., CAT3: “*foi ela [a família] que, de alguma forma, precipitou toda a situação de acolhimento*”) – torna-se essencial ter presente esta apreciação, pois por um lado, as crianças em acolhimento residencial tendem a idealizar a família para lidar com o confronto com a realidade dos motivos do acolhimento residencial (Alexandre & Vieira, 2004; Mota & Matos, 2008) e, por outro lado, porque é junto da família que se devem reunir esforços para a dotar de recursos e competências de modo a suprir as suas lacunas; e c) pode estar presente ou ausente no projeto de vida da criança (ex., CAT1: “*há no projeto de vida das crianças o retorno à família, é a prioridade*”), tal como Sen e Broadhurst (2011) referem.

Relativamente aos amigos/colegas de estudo, é perceptível uma divergência de posições. O CAT1 opta por atribuir pouca importância a esta categoria pois “*não é saudável [para a criança]*”, sendo que esta ideologia poderia ser extinguida com a de Bravo e Fernández del Valle (2001), que sugerem que as crianças acolhidas, após o processo de transição para a instituição de acolhimento, deveriam manter as relações como o seu grupo de amigos da sua zona de residência de origem, reduzindo assim os sentimentos de desenraizamento e de perda, desde que não surgisse daí uma situação de risco. Já os restantes CAT atribuem uma elevada importância às relações com os amigos/colegas de estudo por se caracterizarem como relações de proximidade e/ou de afinidade (ex., CAT3: “*há uma grande afinidade, uma grande cumplicidade, portanto daí os pares serem muito importantes*”). Alexandre e Vieira (2004) partilham esta ideia, afirmando que durante o

processo de acolhimento os amigos/colegas de estudo podem afigurar-se como referências para a criança, contribuindo para o seu desenvolvimento sócio-afetivo e cognitivo.

No que se refere à importância atribuída à instituição não parece haver consenso: o CAT1 outorga-lhe pouca relevância devido à possibilidade de emergirem conflitos intra e interpessoais, e os restantes CAT imputam-lhe elevada relevância pois os colaboradores do CAT podem funcionar como referência e o CAT pode ser um fator protetor para o desenvolvimento integral e saudável da criança, corroborando várias ideologias (Alexandre & Vieira, 2004; Bravo & Fernández del Valle, 2001; Mota & Matos, 2008; Siqueira et al., 2009). Estes últimos acrescentam ainda que os colaboradores das instituições de acolhimento têm um papel ativo na (re)construção da sua história de vida.

Por fim, a comunidade envolvente (vizinhança e serviços) parece ser considerada como moderadamente importante, pois, por um lado, pode facultar qualidade de experiências e vivências dentro e fora do CAT, tal como ressaltam Alexandre e Vieira (2004) e Martín e Dávila (2008), que afirmam que estas vivências e experiências poderão facultar à criança condições para o seu desenvolvimento e adaptação pessoal, escolar e social adequado. Contudo, por outro lado, o acolhimento da criança é temporário, pelo que, na transição de contexto social que sucederá da cessação desta medida, as crianças poderão confrontar-se novamente com sentimentos de perda e abandono.

Estratégias adotadas pelos CAT para promover as redes sociais pessoais.

As estratégias adotadas pelos CAT para promover as redes sociais pessoais das crianças em acolhimento residencial, segundo a análise de conteúdo das entrevistas, são identificadas ao nível da rede social pessoal globalmente, da família, dos amigos/colegas de estudo, instituição e comunidade envolvente (Figura 6.).

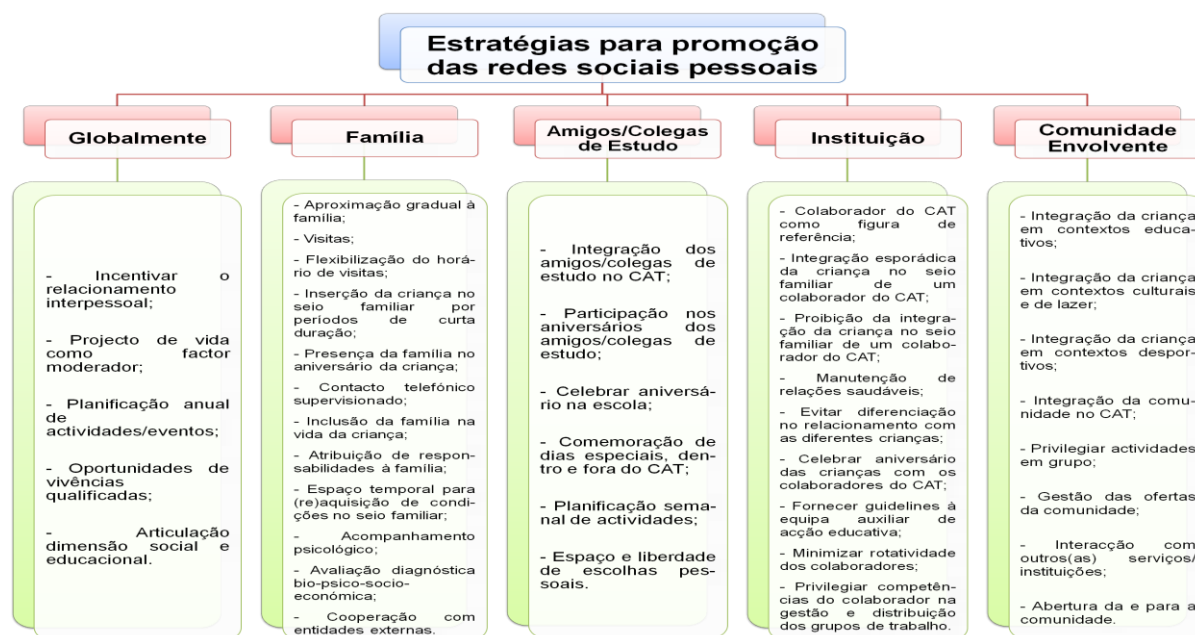


Figura 6. Estratégias adotadas pelos CAT na promoção das redes sociais pessoais das crianças

Ao nível da rede social pessoal, na sua totalidade, as estratégias identificadas são: incentivar o relacionamento interpessoal, privilegiar o projeto de vida da criança como fator moderador, elaborar uma planificação anual de atividades/eventos, facilitar as oportunidades de vivências e experiências qualificadas e articular a dimensão social e educacional na promoção das redes. Estas estratégias parecem consolidar-se nas ideologias de que a instituição de acolhimento deve promover condições para a satisfação da qualidade de vida das crianças (Siqueira & Dell'Aglio, 2010) e para estimular o desenvolvimento e aquisição de competências sociais (Bravo & Fernández del Valle, 2001), e ainda que se deve adaptar as intervenções a realizar consoante as necessidades das crianças (Sen & Broadhurst, 2011).

As estratégias identificadas para promover a relações com os elementos da família são: 1) privilegiar a aproximação gradual à família; 2) promover as visitas; 3) flexibilizar o horário de visitas; 4) permitir a inserção da criança no seio familiar por períodos de curta duração como os fins de semana, férias e/ou feriados; 5) permitir que a família esteja presente no aniversário da criança; e 6) permitir contacto telefónico, supervisionado por técnicos do CAT. Estas estratégias assentam na perspetiva de que o contacto regular e frequente com a família é essencial para desenvolver relações de vinculação (Bravo & Fernández del Valle, 2001; Haight, Kagle & Black, 2003; Poletto, 1999; Sen & Broadhurst, 2011), estando associados maiores níveis de eficácia quando supervisionados (Farmer, 2009). Ainda são identificadas nesta categoria os seguintes indicadores objetivos: incluir a família na vida da criança e atribuir responsabilidades à família – estas estratégias parecem dotar a família de um papel ativo na vida da criança, lacuna que fora identificada no estudo de Bravo e Fernández del Valle, (2001). Paralelamente também se identificaram como estratégias: facultar à família espaço temporal para (re)adquirir condições para reintegrar a criança no meio familiar; proporcionar acompanhamento psicológico individualizado, em grupo ou com irmandades; e elaborar uma avaliação diagnóstica da situação social, biológica, de saúde, desenvolvimental, psicológica e económica da família, no sentido de ativar os mecanismos favorecedores do retorno à família (Siqueira & Dell'Aglio, 2010). Na categoria família, emerge ainda a cooperação com entidades externas ao CAT na avaliação das condições da família (ex., CAT3: *“o centro também tem por norma colaborar com os serviços da ação social, da segurança social, ou com as EMAT, ou as próprias comissões para avaliação fora do contexto CAT, das condições da família em termos habitacionais e etc.”*). Saliente-se ainda que todas as estratégias identificadas pelos diferentes CAT para a promoção das relações da criança com os seus familiares integram-se nas considerações elaboradas por Sen e Broadhurst (2011) para a manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares em situações de acolhimento.

Para promoção das relações com os amigos/colegas de estudo são identificadas as seguintes estratégias: 1) integrar os amigos no contexto CAT; 2) permitir que as crianças acolhidas participem nas festas de aniversário organizadas pelos amigos/colegas de estudo; 3) celebrar o dia de aniversário na escola; 4) comemorar dias especiais com os amigos/colegas de estudo, dentro ou fora do contexto CAT; 5) elaborar a planificação semanal de atividades com os amigos/colegas de estudo e 6) facultar espaço e liberdade de escolhas pessoais quanto aos pares de jogo e locais de interação. Está aqui patente um esforço no sentido de colmatar o ambiente institucional tendencialmente restritivo que Cavalcante e colaboradores (2007) e de Martins (2005a) salientam. Estas estratégias parecem adequadas considerando que “as características que as crianças preferem nos amigos se revestem de um carácter lúdico, emocional, de afinidade e de partilha de bens” (Silva, 2009, p.105).

No que concerne à promoção das relações com os colaboradores do CAT, a principal estratégia identificada consiste na disponibilização de uma figura de referência para cada criança, responsável pelo seu acompanhamento próximo nas tarefas e atividades do quotidiano. Esta prática é consentânea com as de outras instituições, descrita na literatura da especialidade (Bravo & Fernández del Valle, 2003; Martín & Dávila, 2008). Paralelamente, identificaram-se as seguintes estratégias: possibilitar a integração esporádica da criança no seio familiar de um colaborador do CAT – esta estratégia não é aceite por todos os CAT (ex., CAT2: “*nós pronto, entendemos que o ir de fim de semana com os funcionários não deve ser feito*”) – colocando-se aqui a necessidade de saber quais os limites na promoção destas relações, para garantir à criança o maior bem-estar a curto e longo prazo, pois a sua rutura trar-lhe-á certamente sofrimento no momento de transição para outro contexto (Bravo & Fernández del Valle, 2001); privilegiar a manutenção de uma relação saudável entre crianças acolhidas e colaboradores do CAT; evitar a diferenciação no relacionamento com as diferentes crianças; realizar as festas de aniversário com os colaboradores do CAT, esbatendo assim a ideia partilhada de que nas instituições de acolhimento prevalecem relações contratuais entre os colaboradores da instituição de acolhimento e as crianças acolhidas, isentas de envolvimento emocional por parte dos primeiros (Cavalcante et al., 2007; Moré & Sperancetta, 2010; Siqueira et al., 2009) e fomentando a reciprocidade relacional (perspetiva bidirecional) e qualidade afetiva (Cavalcante et al., 2007; Santos & Bastos, 2002). Ademais, são identificadas ainda as seguintes estratégias: fornecer orientações à equipa de auxiliar de ação educativa (ex., CAT3: “*elas também já têm um guião de procedimentos que têm que respeitar tendo em conta o objetivo*”), em desacordo com Martins (2005b) que atribui a este tipo de instituições falta ou desorganização das interações quotidianas; minimizar a rotatividade dos colaboradores do CAT – estratégia que tem por objetivo diminuir a elevada rotatividade dos

colaboradores e descontinuidade dos serviços prestados abordada em diversos estudos (cf. Bravo & Fernández del Valle, 2001; Moré & Sperancetta, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004 cit in Siqueira et al., 2006; Siqueira, 2006; Siqueira et al., 2009); e privilegiar as competências dos colaboradores do CAT na distribuição destes pelos grupos – organizados por faixa etária – de crianças, sendo que Martín e Dávila (2008) apelaram a esta componente para o desenvolvimento harmonioso da criança.

Relativamente à comunidade envolvente, as estratégias adotadas para promover estas relações passam por integrar as crianças em contextos educativos e/ou culturais e de lazer e/ou desportivos e similarmente integrar a comunidade no contexto CAT, possibilitando assim a convivência com pessoas da comunidade e possível alargamento da rede social pessoas (Bravo & Fernández del Valle, 2001; Moré & Sperancetta, 2010) e que a criança eleja com quem deseja vincular-se (Martín & Dávila, 2008); evitar a vinculação dos adultos a determinada criança – privilegiar as atividades em grupo, minimizando assim o número de ruturas de relações e conseqüente sofrimento aquando da transição derivada da cessação da medida de acolhimento; gerir as ofertas da comunidade através da construção de uma base de dados para progressiva resposta, considerando a relevância, necessidade e viabilidade das propostas e fidelizar a comunidade ao CAT são metodologias comumente utilizadas nas instituições de acolhimento no Brasil (Silva & Aquino, 2005); por fim, interagir com outros(as) serviços/instituições, contribuindo assim para facultar às crianças uma maior diversidade de vivências e experiências de qualidade (Alexandre & Vieira, 2004; Martín & Dávila, 2008). No que concerne a esta categoria, os entrevistados ressaltam ainda a ideia de abertura da e para a comunidade, prevista na Lei nº 147/99 de 1 de setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Importa ainda referir que, da análise realizada em relação a cada criança, é perceptível uma homogeneidade nas estratégias adotadas pelas instituições para promover as relações com os elementos das suas redes. Esta reflexão deriva de que todos os entrevistados referenciaram que as estratégias variam unicamente na categoria família, à exceção da eventual presença de algum sinal/sintoma na criança que faça emergir a necessidade de recorrer a uma intervenção individualizada. As variações assinaladas na categoria família decorrem do projeto de vida da criança: quando este visa o retorno à família de origem, são adotadas estratégias de aproximação à família, visitas dentro ou fora do CAT e, pontualmente, a inserção da criança no seio familiar; quando o projeto de vida não está definido, mantêm-se visitas esporádicas; quando o projeto de vida exclui a família, não são desenvolvidas estratégias de promoção das relações neste quadrante.

CONCLUSÃO

“É na relação com estes outros que a criança vai colhendo informações sobre quem é, construindo um conhecimento negociado, mais ou menos implícito sobre si própria, compreendendo-se a partir da relação.”

(Martins, 2005b, p. 3)

As redes sociais pessoais são um objeto de estudo que se revela de grande interesse e valor heurístico no âmbito da psicologia, com vastas implicações e particular relevância para a compreensão e intervenção do universo interpessoal individual.

Este estudo pretendeu realizar uma caracterização sistémica das redes sociais pessoais das crianças em acolhimento residencial, e assim prestar um contributo para a melhoria da intervenção bio-psico-socio-eco-cultural e para a atividade técnico-científica dos profissionais de psicologia.

Pôde-se assim verificar que as redes sociais pessoais das crianças mais novas em acolhimento temporário são predominantemente pequenas, coesas, mistas, demograficamente heterogéneas e multidimensionais/versáteis, com uma geografia próxima e uma presença diária nas suas vidas. Caracterizadas pela reciprocidade, proporcionam um elevado apoio emocional e companhia social à criança, em detrimento do apoio técnico e financeiro, manifestamente escassos ou inexistentes.

As produções dos técnicos dos CAT evidenciam que nestas instituições são atribuídos níveis de importância distintos à família, aos amigos/colegas de estudo, à instituição e à comunidade envolvente, sendo que o projeto de vida da criança funciona primordialmente como uma variável independente.

Promover as redes sociais pessoais de uma criança é uma ação interdisciplinar, multidimensional e essencial ao seu bem-estar, assim como à melhoria contínua da excelência na resposta social de cada CAT e à necessidade de aprofundamento de competências dos seus recursos humanos.

A auscultação dos técnicos das instituições evidenciou não só as suas representações neste domínio, como as principais estratégias adotadas: incentivo ao relacionamento interpessoal, privilégio do projeto de vida da criança como fator moderador, planificação anual de atividades/eventos, facilitar oportunidades de vivências e experiências qualificadas e articulação da dimensão social e educacional na promoção das redes.

A participação nesta investigação poderá constituir um fator de motivação dos técnicos destes contextos para questionarem ou reajustarem o papel que atribuem às redes sociais pessoais das crianças acolhidas e às estratégias implementadas para as promover.

As dificuldades e limitações deste estudo, desde a limitação de fontes bibliográficas e abordagem neste contexto à diminuta exploração nacional desta temática, pode-se afirmar que mereceu uma atenção cuidada na leitura dos dados obtido, apoiada pelo contacto com peritos nacionais, bem como na convergência de metodologias de investigação.

Os instrumentos de avaliação da rede social pessoal e o mapeamento das estratégias para a promoção das redes, foram uma mais-valia na identificação de necessidades e orientação de futuras oportunidades de investigação-ação neste domínio.

Permanecem contudo várias questões que poderão estender a reflexão sobre estes resultados e servir de ponto de partida para novas investigações neste domínio: A perceção dos técnicos, relativamente às redes sociais pessoais das crianças em acolhimento residencial, aproxima-se à real constituição dessas redes? A importância atribuída pelos CAT a cada um dos quadrantes responde às necessidades das crianças? Que conceções motivam a implementação das estratégias adotadas para a promoção das redes sociais pessoais? Qual é a eficácia e implicações destas estratégias na qualidade de vida das crianças? Como variam as estratégias implementadas na promoção das redes, considerando as medidas de acolhimento? Qual o nível de satisfação dos elementos dos diferentes quadrantes (família, amigos, colegas de estudo, instituição e comunidade envolvente) e das crianças relativamente às estratégias adotadas para a promoção das redes?

Refletir sobre os resultados obtidos, a aprendizagem realizada e as competências do Saber-Saber, Saber-Estar, Saber-Fazer e Saber-Ser, adquiridas ao longo deste percurso académico, permite alicerçar respostas predominantemente pró-ativas e preventivas, teoricamente sustentadas, ao nível das redes sociais pessoais das crianças que construirão o “Futuro de Hoje”.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, S. (2000). *Transtornos psiquiátricos em crianças e adolescentes criados em instituições*. Universidade Federal de São Paulo, Dissertação de Mestrado, São Paulo.
- Alarcão, M., & Sousa, L. (2007). Rede Social Pessoal: Do conceito à avaliação. *Psicologica*, 44, 353-376.
- Alberto, I. (2002). "Como pássaros em gaiolas?" Reflexões em torno do acolhimento de menores em risco. In C. Machado, & R. Gonçalves (Eds), *Violência e Vítimas de Crimes* (Vol. 2, pp. 223-244). Coimbra: Quarteto.
- Alexandre, D., & Vieira, M. (2004). Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *Psicologia em Estudo*, 9(2), 207-217.
- Almeida, L., & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação - 3ª Edição Revista e Ampliada*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Arpini, D. (2003). Repensando a Perspetiva Institucional e a Intervenção em Abrigos para Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 21(3), 70-75.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bos, K., Zeanah, C., Fox, N., Drury, S., McLaughlin, K., & Nelson, C. (2011). Psychiatric Outcomes in Young Children with a History of Institutionalization. *Harv Rev Psychiatry*, 15-24.
- Bravo, A., & Fernández del Valle, J. (2001). Evaluación de la integración social en acogimiento residencial. *Psicothema*, 13(2), 197-204.
- Bravo, A., & Fernández del Valle, J. (2003). Las redes de apoyo social de los adolescentes acogidos en residencias de protección. Un análisis comparativo con población normativa. *Psicothema*, 15(1), 136-152.
- Bronfenbrenner, U. (1994). *A Ecologia do Desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cavalcante, L., Magalhães, C., & Pontes, F. (2007). Abrigo para crianças de 0 aos 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 7(2), 329-352.
- Chicorro, A., Marques, C., & Ferreira, S. (2006). *Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos*. Lisboa: Direção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança.
- Clarke, A. (2010). *The sociology of healthcare* (2ª ed.). Londres: Pearson Education.

- Costa, M., & Bigras, M. (2007). Mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12 (5), 1101-1109.
- Diário da República. (1999). Lei nº 147/99, de 1 de setembro. *Diário da República - I Série A*, 204.
- Farmer, E. (2009). What factors relate to good placement out-comes in kinship care. *British Journal of Social Work*, 1-19.
- Fernandez del Valle, J., Álvarez, E., & Bravo, A. (2003). Evaluación de resultados a largo plazo en acogimiento residencial de protección a la infancia. *Infancia Y Aprendizaje*, 26, 235-249.
- Figueiredo, B. (1998a). Maus Tratos à Criança e ao Adolescente (I): Situação e enquadramento da problemática. *Psicologia: investigação e prática*, 3, 5-20.
- Figueiredo, B. (1998b). Maus Tratos à Criança e ao Adolescente (II): Considerações a respeito do impacto desenvolvimental. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 3, 197-216.
- Greene, J., Caracelli, V., & Graham, W. (1989). Toward a conceptual framework for mixed-method evaluation designs. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 11, 255-274.
- Guadalupe, S. (2001). Intervenção em Rede e Doença Mental. *Comunicação apresentada no II Encontro de Serviço Social em Saúde Mental: Novas Perspetivas*. Coimbra: Hospital Sobral Cid.
- Guadalupe, S. (2003). Programa Rede Social: Questões de Investigação em Rede Secundária. *Interações*, 5, 67-90.
- Guay, J. (1984). *L'intervenant professionnel face à l'aide naturelle*. Québec: Caetan Editeur.
- Guédon, M. (1984). Les reseaux sociaux. In C. Brodeur, & R. Rousseau, *L'intervention de réseaux - une pratique nouvelle*. Montréal: Éditions France-Amérique.
- Gunnar, M.; Bruce, J. & Grotevant, H. (2000). International adoption of institutionally reared children: research and policy. *Development and Psychopathology*, 12 (1), 677-693.
- Haight, W., Kagle, J., & Black, J. (2003). Understanding and supporting parent-child relationships during foster care visits: Attachment theory and research. *Social Work*, 48(2), 195-207.
- Humphreys, C., & Kiraly, M. (2009). *Baby on Board: Report of the Infants in Care and Family Contact Research Project*. Melbourne: University of Melbourne.
- ISS, I. (2010). *Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais: Centros de Acolhimento Temporário - Novos estabelecimentos e estabelecimentos existentes*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

- Lacroix, J. (1990). *L'Individu, sa famille et son réseau: les thérapies familiales systémiques*. Paris: ESF.
- Martín, E., & Dávila, L. (2008). Redes de apoyo social y adaptación de los menores en acogimiento residencial. *Psicothema*, 20(2), 229-235.
- Martín, E., Rodríguez, T., & Torbay, A. (2007). Evaluación diferencial de los programas de acogimiento residencial para menores. *Psicothema*, 19 (3), 406-412.
- Martins, E., & Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 177-187.
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS - Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Martins, P. (2005a). A Qualidade dos Serviços de Proteção às Crianças e Jovens. *Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?* Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, P. (2005b). O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional – elementos para uma análise da ecologia da interpersonalidade. *Encontro Inadaptação Social – "Inadaptação Social: transformações, intervenção e avaliação"*.
- Moré, C. (2005). As Redes Pessoais Significativas como Instrumento de Intervenção Psicológica no Contexto Comunitário. *Paidéia*, 15 (31), 287-297.
- Moré, C., & Sperancetta, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22 (3), 519-528.
- Mota, C., & Matos, P. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspetiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3), 367-377.
- Oliveira, A. (2006). *O caráter transitório do abrigo e a passagem adolescente*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Palacios, J. (2003). Instituciones para niño: protección o riesgo? *Infancia y Aprendizaje*, 26(3), 353-363.
- Papalia, D., Olds, S., & Feldman, R. (2001). *O Mundo da Criança* (8ª ed.). Lisboa: McGraw-Hill.
- Poletto, R. (1999). *Rede de apoio social e afetivo de crianças em situação de pobreza*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande, Brasil.
- Prasad, N. (2011). Decision making principles around contact visits - A Literature Review. *UnitingCare Children, Young People and Families*, 3.

- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Sanicola, L. (1997). Le Travail avec les Réseaux Primaires. *Les Cahiers de l'Actif*, 258/259, 53-70.
- Santana, C., & Romera, V. (2010). *Acolhimento institucional: uma questão de enfrentamento para o serviço social*, 6(6). Obtido em 20 de fevereiro de 2011, de <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/2277>
- Santos, M., & Bastos, A. (2002). Padrões de Interação entre Adolescentes e Educadores num Espaço Institucional: Resignificando Trajetórias de Risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 45-52.
- Scott, D., Neill, C., & Minge, A. (2005). *Contact between Children in Out-Of-Home Care and their Birth Families: A Review Of Literature*. Sydney: NSW Department of Community Services.
- Scott, J. (1988). Social Network Analysis. *Sociology*, 22 (1), 109-127.
- Sen, R., & Broadhurst, K. (2011). Contact between children in out-of-home placements and their family and friends networks: a research review. *Child and Family Social Work*, 16, 298-309.
- Serapioni, M. (2005). O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10, 243-253.
- Silva, E., & Aquino, L. (2005). Os Abrigos para Crianças e Adolescentes e o Direito à Convivência Familiar e Comunitária. *Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise*, 11, 186-193.
- Silva, M. L. (2009). *"Para brincar...brincar...brincar muito... brincar sempre" (Bea, 4 anos) - As Representações e as Práticas das Crianças sobre a Amizade*. Dissertação de mestrado em sociologia da criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Singer, E. (1993). Shared care for children. *Theory and Psychology*, 3(4), 429-249.
- Single, T. (2005). *Long-term foster care for abused and neglected children: how foster parents can help in healing the trauma*. Newcastle: John Hunter Children's Hospital.
- Siqueira, A. (2006). *Instituições de Abrigo, Família e Redes de Apoio Social e Afetivo em Transições Ecológicas na Adolescência*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Siqueira, A., Betts, M., & Dell'Aglio, D. (2006). A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. *Interamerican Journal of Psychology*, 40 (2), 149-158.

- Siqueira, A., & Dell'Aglio, D. (2010). Crianças e Adolescentes Institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415.
- Siqueira, A., & Dell'Aglio, D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80.
- Siqueira, A., Tubino, C., Scharz, C., & Dalbosco, D. (2009). Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 1(61), 176-190.
- Sluzki, C. (1979). Migration and family conflict. *Family Process*, 4(18), 379-390.
- Sluzki, C. (1998). *La Red Social: Frontera de la Pratica Sistemica*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Sousa, L., & Alarcão, M. (2007). Quem apoia os emigrantes de Leste em Portugal? Um estudo exploratório das suas redes sociais pessoais. *Psychologica*, 45, pp. 171-193.
- Sousa, L., & Ribeiro, C. (2005). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências. *Psicologia*, 19(1-2), 169-191.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: desafios à intervenção social*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Steinmetz. (1988). *Family and Support Systems Across the Life Span*. New York: Plenum.
- Tomaél, M., Alcará, A., & Di Chiara, I. (2005). Das redes sociais à inovação. *Revista Ciência da Informação*, 34(2), 93-104.
- Vasconcelos, P. (2002). Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe. *Análise Social*, 163(37), 507-544.